



Relatório de Gestão

Exercício de 2013



VOLUME I – RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

	Páginas
1. Introdução	1
Enquadramento Macroeconómico.....	1
2. Organização Municipal	5
2.1 Estrutura Política	5
2.1.1 Assembleia Municipal	6
2.1.2 Câmara Municipal	7
2.1.3 Gabinete de Apoio ao Executivo	8
2.2 Estrutura Administrativa	8
3. Recursos Humanos	10
3.1 Contagem dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Almodôvar	11
3.2 Efectivos segundo o sexo	14
3.3 Distribuição dos efectivos segundo a estrutura etária e por género	15
3.4 Estrutura habilitacional	17
3.5 Absentismo	19
3.6 Acidentes, ocorridos em serviço e número de dias perdidos com baixa	24
3.7 Contagem dos Trabalhadores Admitidos e Regressados.....	25
3.8 Formação.....	28
3.9 Sistema Integrado Avaliação do Desempenho da Administração Pública – SIADAP	34
3.10 Medidas Ativas de Emprego	37
4. Situação Económica, Financeira e Orçamental	39
4.1 Introdução	39
4.2 Processo Orçamental	42
4.3 Orçamento Inicial e Final	43
4.3.1 Execução do Orçamento	44
4.3.2 Saldo da gerência de 2013	45
4.3.3 Equilíbrio Orçamental	46
4.3.4 Fontes de Financiamento	48
5. Análise comparativa da Execução Orçamental	49
5.1 Receita	49
5.1.1 Receitas correntes	50



MUNICIPIO DE ALMODÓVAR

Páginas

5.1.1.1 Impostos Diretos	51
5.1.1.2 Transferências Correntes	52
5.1.1.3 Venda de bens e serviços correntes	53
5.1.2 Receitas de capital	54
5.1.2.1 Transferências de Capital	54
5.1.2.2 Passivos Financeiros	55
5.1.3 Análise Percentual da Receita	56
5.2 Despesa	59
5.2.1 Despesas correntes	59
5.2.1.1 Despesas com pessoal	60
5.2.1.2 Despesa com a aquisição de bens e serviços correntes	62
5.2.2 Despesas de capital	63
5.2.2.1 Aquisição de bens de capital	63
5.2.2.2 Transferências de capital	64
6. PPI – Plano Pluriannual de Investimentos – Concretização de investimentos	66
6.1 Investimentos realizados – Óptica Orçamental	68
6.2 Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) por funções	70
7. Indicadores de Gestão Orçamental	74
8. Dívida e capacidade de endividamento do Município	74
9. Análise Patrimonial – Balanço e Demonstração de Resultados	79
9.1 Análise do Balanço	79
9.1.1 Ativo Bruto	81
9.1.2 Disponibilidades	82
9.1.3 Dívidas a terceiros – Médio e Longo Prazo	82
9.2 Análise da Demonstração de Resultados	83
9.3 Rácios Económico-Financeiros	86
Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2013.....	88-A



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão do exercício económico de 2013 foi elaborado de acordo com o disposto no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e em cumprimento do disposto no art.º 76º da Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Nos termos da alínea J) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal elaborou os documentos que integram a Prestação de Contas, através dos quais pretende-se analisar a vertente orçamental e patrimonial do Município de Almodôvar, bem como espelehar a sua evolução nos últimos exercícios.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa está, desde 2011, sob influência do programa de ajustamento económico e financeiro acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorpora uma estratégia que visa corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego.

No ano de 2013, a economia portuguesa continuou condicionada pelo processo anteriormente descrito, tendo sido dominada por um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenado e gradual do setor privado, que determina uma forte contração de procura interna. Este conjunto de medidas encontra-se enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), cuja concretização foi dominado por um contexto



macroeconómico internacional desfavorável, nomeadamente com uma situação recessiva na área do euro.

Em conformidade com a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística - INE, em 2013, o **PIB diminuiu 1,4%** em termos reais, o que compara com a redução de 3,2% registada em 2012.

Esta evolução foi determinada pelo contributo menos negativo da procura interna, que se fixou em -2,6 p.p. (-6,9 p.p. em 2012), devido principalmente à redução menos intensa do consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias e das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias Residentes) e do Investimento. Embora as Exportações de Bens e Serviços tenham acelerado, o contributo positivo da procura externa líquida diminuiu, passando de 3,7 p.p. em 2012 para 1,2 p.p., refletindo o aumento das Importações de Bens e Serviços em volume, após o decréscimo observado nos dois anos anteriores.

Ao nível da empregabilidade, e em termos de média anual, a **taxa de desemprego** fixou-se em 16,3% em 2013, o que representa um aumento de 0,6 pontos percentuais em relação a 2012. A população desempregada foi de 875,9 mil pessoas, tendo aumentado 1,8% em relação ao ano anterior (mais 15,8 mil pessoas). A população empregada registou um decréscimo médio anual de 2,6% (menos 121,2 mil pessoas).

O **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor** (IHPC) português registou uma taxa de variação média de 0,4% em 2013 (2,8% no ano anterior). A taxa de variação homóloga situou-se em 0,2% em dezembro, superior em 0,1 p.p. à observada em novembro de 2013 e inferior em 0,6 p.p. à estimada pelo Eurostat para a área do Euro. A taxa de variação mensal do **IHPC** situou-se em 0,3%.

Em síntese, destaca-se o seguinte:

- ◆ O facto do Município de Almodôvar apresentar, uma taxa de execução do orçamento da receita de **90,68%**, em termos de cobrança líquida, e de **77,92%**, em termos de despesa líquidada;



- ◆ O decréscimo da receita corrente de **2,08%**, ou seja, cerca de menos **111 mil euros**, face ao ano de 2012. As receitas fiscais aumentaram **25,40%**, (125 mil euros), por força do aumento verificado no IMI;
- ◆ O acréscimo da receita de capital de **3,54%**, ou seja, cerca de **mais 154 mil de euros**, face ao ano de 2012, proveniente fundamentalmente das transferências de capital, decorrentes de projetos cofinanciados;
- ◆ A **redução das despesas** realizadas com pessoal e com aquisições de bens e serviços face ao previsto em orçamento e que no conjunto foi superior a **385 mil de euros**.
- ◆ A diminuição da dívida de médio e longo prazo, incluindo o *leasing*, em **5,58%** (380 mil de euros);
- ◆ A manutenção de um **prazo médio** de pagamento a fornecedores (PMPF), que nos últimos cinco anos foi inferior a **8 dias**, superando assim o objetivo que se consubstanciava num prazo médio de pagamento a fornecedores, inferior a 30 dias;
- ◆ A manutenção da capacidade de endividamento face à lei em vigor;
- ◆ O cumprimento dos limites do endividamento líquido, cujo valor foi de **€3.845.913,01**, conforme adiante se demonstra, no ponto referente à capacidade de endividamento do Município.

O Relatório de Gestão é um documento da prestação de contas que tem por objeto disponibilizar informação sobre os recursos humanos, a situação financeira, patrimonial e execução das Grandes Opções do Plano, de 2013, que inclui a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

No seu conteúdo procura-se espelhar a atividade desenvolvida pela Câmara Municipal, durante o ano de 2013, a qual evidencia de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Almodôvar, no ano de 2013, a sua evolução ao longo dos últimos anos que resulta das políticas e opções do Executivo.



Da análise feita ao longo do presente relatório constata-se que, com a execução dos documentos previsionais, se pretendeu afetar riqueza ao domínio público e demonstrar a crescente intervenção de ações desenvolvidas num leque diversificado de áreas fundamentais, para o desenvolvimento económico, social, cultural, patrimonial e ambiental do concelho de Almodôvar.

No contexto de um Concelho tão vasto e com características tão peculiares, a Câmara Municipal de Almodôvar, no âmbito das suas competências, tem dirigido a sua atividade na realização de investimentos e ações essenciais à promoção da qualidade de vida das suas populações, nos seguintes domínios:

Do conteúdo do Relatório de Gestão destaca-se a análise efetuada sobre:

- ◆ a execução das Grandes Opções do Plano (GOP) de 2013, que inclui a execução do Piano Plurianual de Investimentos (PPI) e das Atividades mais Relevantes (AMR), onde de forma detalhada se evidenciam os projetos e as ações realizadas, respetivas taxas de execução, quadros comparativos e fontes de financiamento internas e externas;
- ◆ a evolução dos recursos humanos;
- ◆ a situação financeira e a capacidade do endividamento;
- ◆ a situação patrimonial, através do Balanço e da Demonstração de Resultados;
- ◆ factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Salienta-se, ainda, que nos termos do Regulamento de Controlo Interno, desencadearam-se vários procedimentos técnicos/contabilísticos para a elaboração de Planos de Pagamentos mensais, que permitiram acompanhar a evolução sistemática da dívida global do Município.

Na mesma linha de orientação, mensalmente, foram elaboradas informações endereçadas aos órgãos municipais, nas quais se descreviam pormenorizadamente a situação financeira do Município, e foram, igualmente,



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

efetuadas reconciliações bancárias por funcionários estranhos à Tesouraria, cujo objetivo visou o cumprimento do preceituado no regime jurídico do POCAL.

No presente Relatório de Gestão foram elaborados quadros e gráficos, de forma a evidenciar a informação disponibilizada em cada capítulo, os quais permitirão um melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão, sendo, igualmente apresentada informação relativa à execução dos anos transatos.

Neste contexto e em cumprimento do disposto na alínea /) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal elaborou o presente Relatório de Gestão, referente ao ano de 2013, que, depois de aprovado pelo Executivo, será submetido, conjuntamente, com os restantes documentos que fazem parte integrante da Prestação de Contas, à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea /) do n.º 2 do art.º 25º do diploma antes citado e remetido para o Tribunal de Contas, conforme disposto no Anexo I da Resolução n.º 04/2001 – 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada na II Série do Diário da República, de 18 de agosto de 2001.

2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Nos termos do n.º 1 do art.º 235º da CRP a organização democrática do Estado comprehende a existência de autarquias locais, cuja organização comprehende a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

A organização do Município de Almodôvar integra a existência de duas estruturas fundamentais, que estão inter-relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal, a saber:

- ✓ Política;
- ✓ Administrativa

2.1 ESTRUTURA POLÍTICA – assenta em dois órgãos: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.



2.1.1 ASSEMBLEIA MUNICIPAL

É o órgão deliberativo do Município a quem compete exercer funções de natureza deliberativa e fiscalizadora da atividade da Câmara Municipal (cfr a) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, na sua redação atual).

A Assembleia Municipal é constituída por **21 membros**, dos quais 15 são eleitos diretamente como membros do órgão e 6 por inerência de funções, na qualidade de Presidentes das Juntas de Freguesia.

A estrutura da Assembleia Municipal em 31.DEZ.2013 apresentava a seguinte composição:

MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIRECTAMENTE ELEITOS

PS – 6 MEMBROS



*Severo Venâncio Esteves de Almeida,
que preside*

Duarte Freitas de Sousa

José Eduardo Pereira Brites

Maria de Fátima Paleta do Carmo

Vítor Manuel Vilhena Saleiro

Cláudio André Brás Silvestre

PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA

PS – 2 MEMBROS

*Almodôvar/Graça de Padrões: Domingos
Manuel Romba Guerreiro
Aldeia dos Fernandes: José Germano Silvestre*

IPA – 2 MEMBROS

*Rosário: Joaquim António Guerreiro
Santa Cruz: Sara Isabel Martins Agostinho*

PPD/PSD – 2 MEMBROS

*S. Barnabé: Sérgio Manuel Afonso Palma
Santa Clara-a-Nova/Gomes Aires: Hélder
Manuel Palma Guerreiro*

IPA – 5 MEMBROS

Francisco Lourenço Teixeira

Dina Guerreiro Cavaco

Vítor Manuel Libânio Afonso

Celeste Colaço do Rosário Sebastião

José Romba Guerreiro

PSD – 4 MEMBROS

Luis Manuel das Neves Rodrigues

Carlos Almeida Caetanita

Lucília da Conceição Sousa Aleixo de Baroa

Ricardo Emanuel Geraldo Jacob

TOTAL DE MEMBROS: 21



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.2 A CÂMARA MUNICIPAL é o órgão a quem compete o exercício de funções executivas, sendo constituída por um presidente e quatro vereadores, a quem compete, nos termos da Lei e no quadro de delegações e subdelegações de competências, aprovado, respetivamente, nas reuniões do Executivo de 6 de novembro e de 20 de novembro de 2013, a definição de estratégias e políticas municipais, bem como todas as decisões mais relevantes da atividade municipal.

Em 31.DEZ.2013 o Executivo era composto pelos seguintes membros:



Presidente da Câmara: António Manuel Ascenção Mestre Bota

Funções específicas, nomeadamente: Proteção Civil; Segurança; Comunicação e Imagem; Informática e Multimédia; Recursos Humanos; Gabinete Jurídico; Defesa do Consumidor; Turismo; Acessibilidades Viárias; Abastecimento Público de Água; Saneamento; Higiene e Limpeza; Ambiente; Ação Social; Rede Social; Saúde; Juventude; Educação e Ensino; Desporto; Obras Públicas Municipais; Espaços Verdes; e Associativismo.



Vereador (designado Vice-Presidente, Despacho n.º 01/PC/2013): Luis Artur dos Santos Gaiolas

Funções específicas, nomeadamente: Atividade Administrativa; Gestão Financeira e Controlo Orçamental; Apoios Comunitários; Património; Contratação Pública; Ordenamento do Território e Gestão Urbanística; Sistema de Informação Geográfica; Toponímia Publicidade; Desenvolvimento Económico; Biblioteca e Documentação e Cultura.



Vereador (em regime de permanência): Ricardo António Monteiro Colaço

Funções específicas, nomeadamente: Publicidade; Ocupação da Via Pública; Cemitério; Venda Ambulante; Mercados e Feiras; Proteção Civil; Contraordenações; Trânsito e Estacionamento, Sinalética Direcional e Segurança.



Vereador: João António Vale Soares Rodrigues Palma

(sem funções específicas)



Vereador: António José Messias do Rosário Sebastião

(sem funções específicas)



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Almodôvar integra, nomeadamente as seguintes Associações: ANMP, AMBAAL, AMGAP, AMALGA, CIMBAL, Conservatório Regional do Baixo Alentejo, Empresa Regional de Turismo e detêm uma participação no capital social da Empresa CEVRM – Centro de Excelência para a Valorização dos Recursos Silvestres Mediterrânicos, SA.

O Município de Almodôvar celebrou um **Protocolo de Geminação** com o **Município do Paul, Cabo Verde**, cujo Protocolo foi outorgado no dia 16 de novembro de 1990, e ainda com o **Município do Monapo, Moçambique**, cujo **Protocolo de Geminação** foi aprovado pela Assembleia Municipal na sessão de 30 de junho de 2011.

2.1.3 GABINETE DE APOIO AO EXECUTIVO

Nos termos das alíneas *a)* do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 42º da Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, na sua atual redação, por despachos do Presidente, exarados em 28.OUT.2013 e em 6.DEZ.2013, foi constituído o seu gabinete de apoio pessoal, que integra, respetivamente, uma chefe de gabinete e uma adjunta.

O Presidente da Câmara, por despacho de 28.OUT.2013, constituiu, o Gabinete de Apoio à Vereação, tendo, para o efeito, nomeado uma secretária.

2.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

No que se refere aos serviços, a sua estrutura assenta na seguinte classificação:

- ✓ **Serviços instrumentais**, não se ocupando da concretização direta das atribuições da Câmara Municipal, desenvolvem, no entanto, atividades de apoio à atividade dos demais serviços, em especial dos serviços operativos. Garantem os meios administrativos, humanos, materiais, no



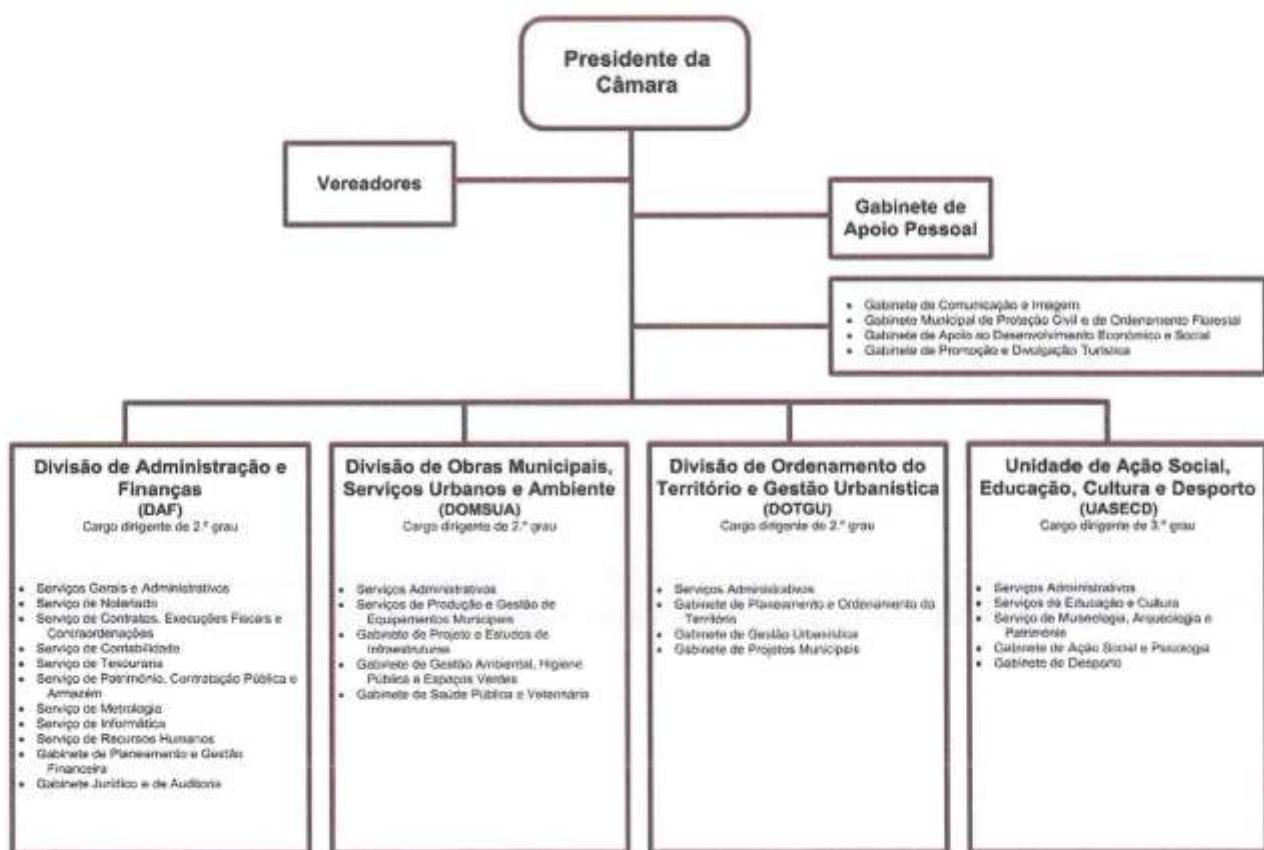
MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

momento adequado para potenciar os resultados da ação dos outros serviços – Tratamento e difusão da informação, gestão de pessoal, gestão financeira e patrimonial, o aprovisionamento, a consulta jurídica, etc.

- ✓ **Serviços operativos**, responsabilizados pela concretização dos objetivos atribuídos à autarquia. Asseguram atividades relacionadas ou identificadas com as atribuições e de acordo com a repartição de responsabilidades que a própria estrutura orgânica delimita.

No ano de 2013, a Câmara Municipal de Almodôvar funcionou no âmbito da estrutura orgânica aprovada pela Assembleia Municipal **na sessão de 29 de abril de 2013**, a qual faz parte integrante do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, publicado na II Série do Diário da República n.º 91, através do **Despacho n.º 6231/2013, de 13 de maio**, com a seguinte Estrutura Organizativa:





3. RECURSOS HUMANOS

A atividade desenvolvida ao longo do ano de 2013, ajustou-se por uma gestão de recursos humanos alinhada com a atual conjuntura económica, com o enquadramento legal vigente e, naturalmente, com a estratégia definida pelo Município de Almodôvar.

A qualidade nos Serviços Municipais, consubstanciada na prestação de serviços aos cidadãos pressupõe a existência de recursos humanos motivados no seu trabalho, capazes, não só, de dar respostas efetivas e responsáveis às políticas superiormente definidas, como igualmente, gerar dinâmicas de desenvolvimento da instituição, contribuindo decisivamente para o êxito dos objetivos estrategicamente definidos pelo Município.

Comparativamente ao ano precedente verificou-se uma alteração no número de efetivos da Câmara Municipal.

Durante o ano de 2013, a Câmara Municipal cumpriu a redução de efetivos imposta pelo art.º 65.º da Lei n.º Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013.

Na mesma linha de atuação, deu cumprimento do disposto no artigo 59.º da referida Lei, isto é, reduziu, igualmente, o número de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo.

No âmbito do dever de informação, no final de cada trimestre, a Câmara Municipal prestou à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) informação detalhada acerca da evolução do cumprimento dos objetivos de redução consagrados na Lei do Orçamento de Estado, para 2013.

No exercício em análise não foram **promovidos quaisquer procedimentos concursais**, para ocupação **postos de trabalho**.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

3.1 CONTAGEM DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMODÔVAR

Para a concretização das ações/projetos e objetivos previamente estabelecidos, durante o ano de 2013, o Município dispôs dos seguintes **recursos humanos**:

DISTRIBUIÇÃO DE EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMODÔVAR

PESSOAL	2011 ^{a)}	2012 ^{a)}	2013 ^{a)}
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	218	214	210
Contrato de trabalho por tempo determinado e determinável	10	8	6 ^{c)}
Outras situações ^{b)}	7	5	4
TOTAL	235	227	220

a) Dados reportados a 31 de dezembro dos respetivos anos;

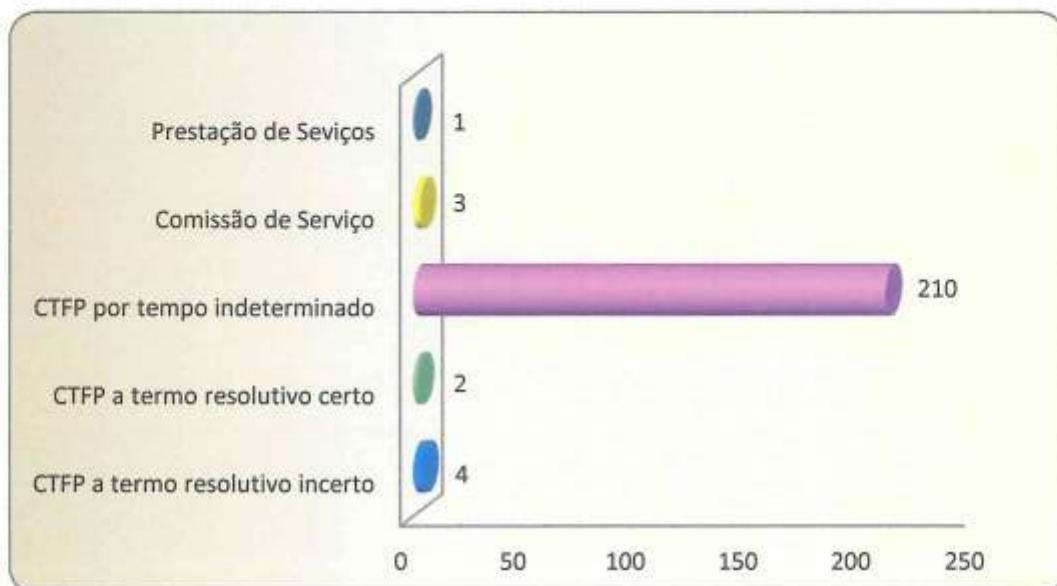
b) Neste item estão contabilizados os eleitos, bem como 1 contrato de prestação de serviços;

c) Inclui 1 contrato de trabalho por tempo determinado, a tempo parcial, celebrado no âmbito das atividades de enriquecimento curricular (AEC).

EFETIVOS SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO:

PESSOAL	2013	
	N. ^{a)}	%
Prestação de Serviços	1	0,46
CTFP por tempo indeterminado	210	96,77
CTFP a Termo Resolutivo Certo	2	0,92
CTFP a Termo Resolutivo Incerto	4	1,84
TOTAL	217	100,00

a) Este quadro não contabiliza os eleitos em regime de permanência.



Na repartição de efetivos por tipo de relação jurídica de emprego público comparativamente ao anterior Relatório de Gestão, cujos dados se reportaram a 31.DEZ.2012, regista-se um ligeiro decréscimo do n.º de contratos de trabalho por tempo indeterminado.

De registar que no decorrer deste ano, foram efetivamente celebrados **5 contratos de trabalho a termo resolutivo**, dos quais, **1** contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial, celebrado no âmbito das atividades de enriquecimento curricular (AEC- substituição) e **4** contratos de trabalho a termo resolutivo incerto, celebrados no âmbito da proteção das florestas e execução de operações de prevenção de fogos florestais (equipa de sapadores florestais).

Em contrapartida, **cessaram a respetiva relação jurídica de emprego público**, **1** técnico superior da área de arquitetura, **3** professores que vinham assegurando as atividades de enriquecimento curricular no ano letivo 2012/2013, nas áreas de Inglês e ensino da Música, **1** professora que vinha assegurando as atividades de enriquecimento curricular na área de Inglês, no ano letivo 2013/2014, **4** assistentes operacionais (sapadores florestais), **2** assistentes operacionais, que cessaram a RJEP por motivo de aposentação e **1** assistente operacional, que cessou o respetivo vínculo por motivo de morte.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

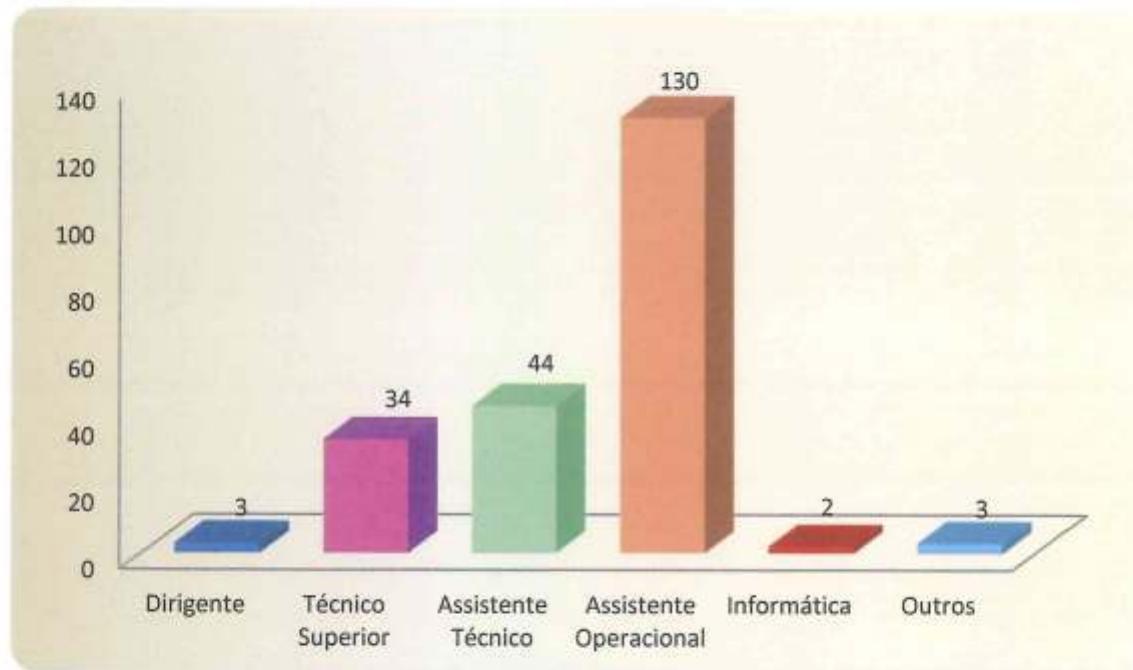
CÂMARA MUNICIPAL

EFETIVOS SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL

PESSOAL	2013	
	N.º	%
Dirigente	3	1,39
Técnico Superior	34	15,74
Informática	2	0,93
Assistente Técnico	44	20,37
Assistente Operacional	130	60,19
Outros Grupos	3 ^{a)}	1,39
TOTAL	216	100,00

a) Inclui 2 Fiscais Municipais e 1 Chefe de Serviços de Limpeza

TOTAL DE TRABALHADORES SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL



Tendo em conta o total de trabalhadores distribuídos pelos vários grupos profissionais verifica-se uma **clara predominância do grupo dos Assistentes Operacionais com 60,19%**, seguido pelo grupo dos



Assistentes Técnicos com 20,37%. Estes dois grupos destacam-se no todo, com **80,56%** atingindo quase a totalidade dos efetivos do Município e é no grupo dos Assistentes Operacionais que se verifica maior n.º de trabalhadores do sexo masculino que se evidencia com maior percentagem. No entanto, o grupo dos Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores o sexo feminino evidencia maior número, carreiras que se destacam pelo nível habilitacional superior.

3.2 EFETIVOS SEGUNDO O SEXO

Relativamente à distribuição dos trabalhadores por sexo verifica-se uma progressiva presença do sexo feminino no universo dos efetivos da Câmara Municipal, contudo ainda está longe de atingir um peso significativo na estrutura da Autarquia conforme se discrimina no seguinte quadro e respetivo gráfico:

TOTAL DE EFETIVOS SEGUNDO O SEXO

MASCULINO	FEMININO	TOTAL
129	87	216
59,72%	40,28%	

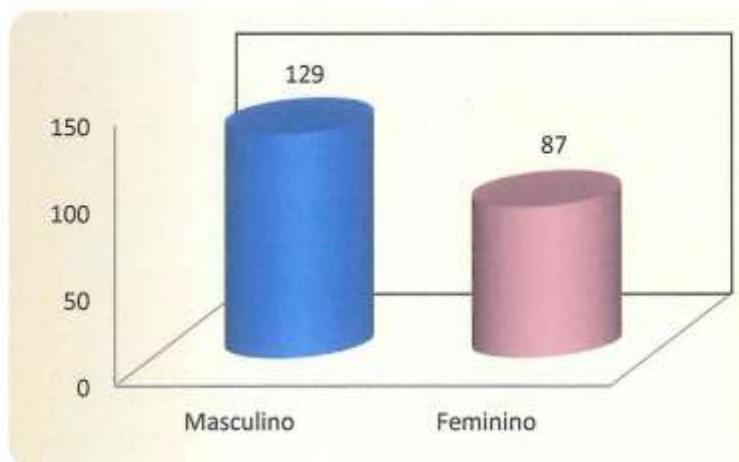
Com base na análise deste quadro podemos constatar que no ano de 2013, neste Município verificou-se uma evidente **supremacia de efetivos do sexo masculino com 59,72%**, tendência que se vem manifestando, ao longo dos anos, sendo bastante decisiva na caracterização dos efetivos da Autarquia.

É de registar nos últimos anos um crescimento dos valores do sexo feminino em decréscimo dos valores apresentados pelos trabalhadores do sexo masculino.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL



3.3 DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS SEGUNDO A ESTRUTURA ETÁRIA E POR GÉNERO

Da análise do seguinte quadro, verificamos que os **valores mais elevados centram-se no intervalo 35-39 anos**, onde se encontram **53 trabalhadores**, correspondendo a **24,54%** do total de efetivos, sendo que **15,74 %** têm idades compreendidas no intervalo **50-54 anos**. O **leque etário**, que se traduz na diferença de idades entre o indivíduo mais novo e o mais velho é, no caso vertente, de **48 anos**. Estas idades correspondem a 21 e 69 anos respetivamente. O indicador **Nível Etário Médio** situa-se nos **44 anos**:

TRABALHADORES SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO

Faixas Etárias	N.º de Trabalhadores	%
Menos de 20 anos	0	0,00%
20-24 Anos	1	0,46%
25-29 Anos	7	3,24%
30-34 Anos	25	11,57%
35-39 Anos	53	24,54%
40-44 Anos	32	14,81%
45-49 Anos	25	11,57%
50-54 Anos	34	15,74%
55-59 Anos	21	9,72%
60-64 Anos	15	6,94%
65-69 Anos	3	1,39%
70 ou mais anos	0	0,00%
TOTAL	216	100%



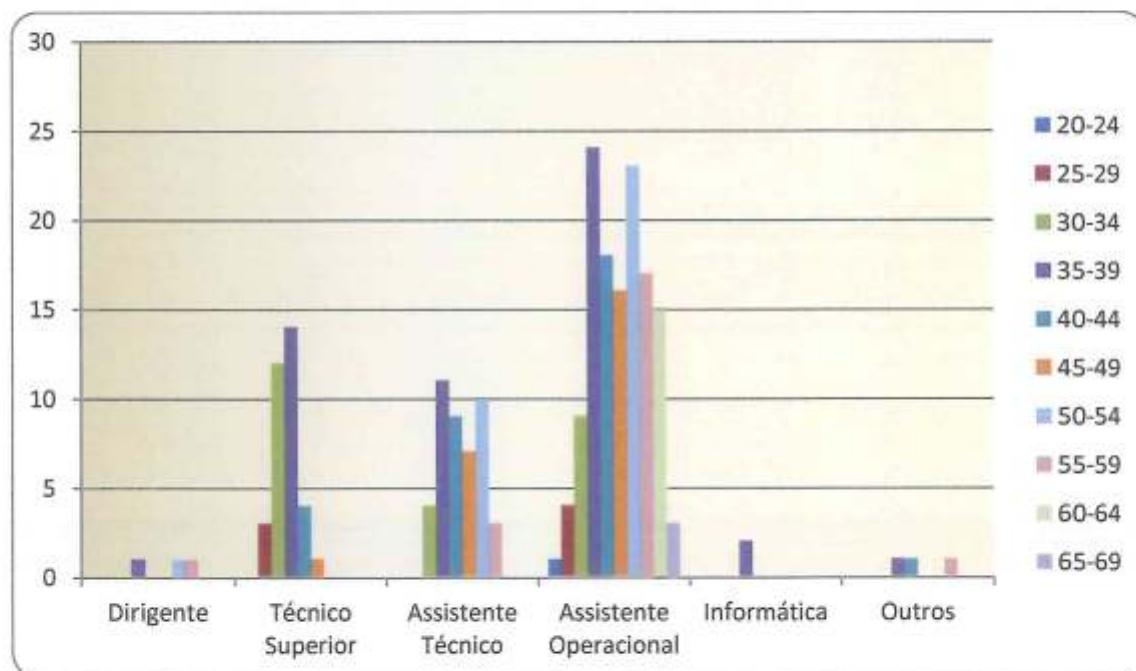
MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL

Faixas Etárias	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros Grupos	TOTAL
20-24 Anos				1	0,77%		
25-29 Anos		3	8,83%	4	3,08%		7 3,24%
30-34 Anos		12	35,29%	4	9,09%	9	6,92% 25 11,57%
35-39 Anos	1 33,33%	14	41,18%	11	25%	24	18,46% 53 24,54%
40-44 Anos		4	11,76%	9	20,45%	18	13,85% 32 14,81%
45-49 Anos		1	2,94%	7	15,91%	16	12,31% 24 11,11%
50-54 Anos	1 33,33%			10	22,73%	23	17,69% 34 15,74%
55-59 Anos	1 33,33%			3	6,82%	17	13,08% 22 10,19%
60-64 Anos					15	11,54%	
65-69 Anos					3	2,31%	
70 ou mais							
TOTAL	3 100%	34 100%	44 100%	130 100%	2 100%	3 100%	216 100%

FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL



Da análise do Quadro e do Gráfico *supra*, concluímos que o grupo profissional, **Assistentes Operacionais** integra todas as faixas etárias, sendo que o



percentual mais significativo situa-se nos trabalhadores com idade compreendida entre os **35** e os **39 anos**.

Os trabalhadores integrados na carreira/categoria de **Técnico Superior** e na carreira/categoria de **Assistente Técnico** encontra-se, igualmente, uma percentagem significativa de efetivos naquela faixa etária, que se fixa respetivamente em **41,18%** e **25%**.

3.4 ESTRUTURA HABILITACIONAL

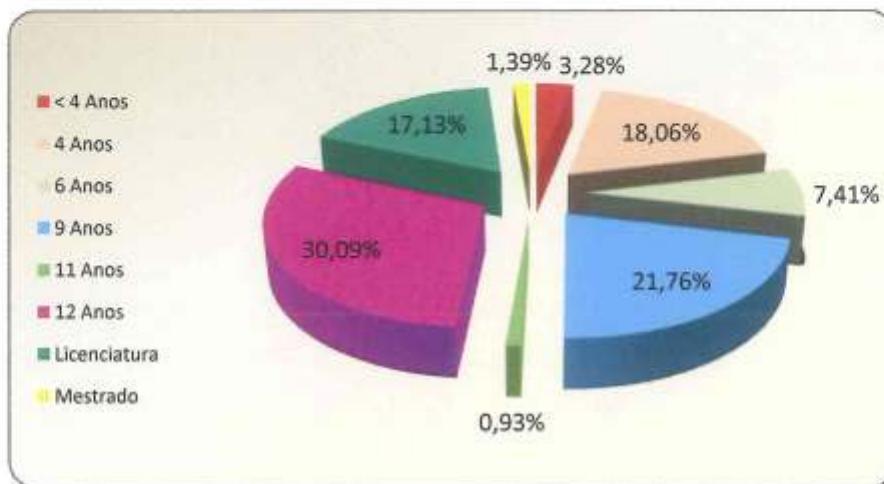
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	EFETIVOS		TOTAL	%
	MASCULINO	FEMININO		
< 4 anos de escolaridade	7	0	7	3,24%
4 Anos de escolaridade	36	3	39	18,06%
6 Anos de escolaridade	12	4	16	7,41%
9º Ano ou equivalente	30	17	47	21,76%
11º Ano	1	1	2	0,93%
12º Ano ou equivalente	26	39	65	30,09%
Licenciatura	15	22	37	17,13%
Mestrado	2	1	3	1,39%

Do **universo global**, as taxas habilitacionais são as seguintes:

- ✓ **109** Trabalhadores possuem habilitação **até ao 9º ano de escolaridade**, inclusive, o que corresponde a **50,47%**;
- ✓ **67** Trabalhadores detêm habilitação **entre o 10º e o 12º ano de escolaridade**, o que corresponde a **31,02%**;
- ✓ **40** Trabalhadores possuem **formação superior**, correspondendo a **18,52%**.



PERCENTAGENS DA ESTRUTURA HABILITACIONAL



Pela análise do Quadro e Gráfico *supra* constata-se que perto de **28,71% dos efetivos têm habilitações inferiores ao 9.º ano de escolaridade**, havendo inclusive **3,24% dos trabalhadores que registam habilitações inferiores à antiga 4ª classe**, no ano anterior registou-se **3,15%**.

De salientar que no quadro do nível de escolaridade a percentagem de 2,80% de efetivos que detém habilitações até ao 4.º ano de escolaridade, respeita unicamente a efetivos do sexo masculino, sendo notório que estes trabalhadores pertencem todos eles ao grupo profissional dos Assistente Operacionais.

A nível do **12º ano de escolaridade, mantém-se o mesmo número de efetivos**, comparativamente ao ano de 2012 (65 trabalhadores) dos quais, **26** pertencem ao sexo masculino e **39** pertencem ao sexo feminino.

Os números evidenciam que no grupo de **menores habilitações destacam-se** significativamente **os efetivos masculinos**, enquanto no grupo de **maiores habilitações**, ou seja habilitações superiores ao 11.º ano de escolaridade, **destacam-se** com alguma expressão **os efetivos do sexo feminino**.



3.5 ABSENTISMO

Por absentismo entende-se as ausências do trabalhador durante o período normal de trabalho a que está obrigado.

O absentismo é um dos indicadores do Balanço Social, que obrigatoriamente a administração pública e todas as empresas com mais de 50 trabalhadores devem produzir anualmente, cfr Decreto-Lei n.º 196/96, de 16 de outubro.

O absentismo é um fenómeno característico e inevitável do mundo do trabalho. No entanto, quando os comportamentos de ausência dos trabalhadores excedem os limites considerados normais, criam-se problemas para as organizações, na medida em que se compromete o alcance adequado dos seus objetivos.

Numa altura em que a racionalização de custos e as exigências de eficiência devem nortear a gestão da administração pública em geral e da administração local em especial impõe-se desenvolver mecanismos que promovam a racionalização da gestão dos seus recursos humanos, de forma a minimizar o impacto que o absentismo dos trabalhadores reflete na ineficiência organizacional.

As implicações do absentismo ao nível organizacional são consideráveis, pois para além de fomentarem os custos laborais e organizacionais, conduzem à perda de eficácia, colocando em risco a qualidade do serviço prestado.

No caso em apreço, as repercussões do absentismo poderão contribuir para a prestação de um serviço de menor qualidade aos munícipes, uma vez que a Câmara Municipal tem por missão satisfazer as necessidades da população, prosseguindo o interesse público.

Para além das entidades empregadoras o legislador tem procurado promover tendências políticas para a contenção do absentismo ao trabalho, designadamente através da criação de medidas restritivas em termos de subsídios e execução de políticas orientadoras para a melhoria das condições de saúde e bem-estar no trabalho.

A eficiente implementação de tais medidas implica, desde logo, uma correta



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

delimitação do **conceito de falta** que nos termos do art.^º 184.^º do "Regime" do Contrato de Trabalho em Funções Públicas – abreviadamente, RCTFP – aprovado pela Lei n.^º 59/2008, de 11 de Setembro, consiste "na ausência do trabalhador no local de trabalho e durante o período em que devia desempenhar a atividade a que está adstrito".

A falta pode ser justificada ou injustificada. Salvo algumas exceções expressamente previstas na Lei, apenas as faltas injustificadas que são determinadas por exclusão, abarcando todas as ausências que não se encontram legalmente elencadas como faltas justificadas, constituem uma violação do dever de assiduidade e determinam a perda de retribuição e antiguidade do trabalhador. Igualmente os atrasos injustificados, podem no limite, caso sejam superiores a trinta ou sessenta minutos, implicar que a entidade empregadora exerça o direito de não aceitar a prestação de trabalho durante parte ou todo o período normal de trabalho, respetivamente.

De facto, no decurso do ano de 2013 verificou-se uma redução significativa de ausências ao trabalho, e todas integraram o conceito de falta justificada, e verificaram-se no âmbito da seguinte tipologia: parentalidade, falecimento de familiar ou afim, prestação de provas em estabelecimento de ensino no caso de trabalhadores estudantes, doença, consultas/exames médicos, acidente em serviço, assistência a familiares, por conta do período de férias, obrigações legais, socorristmo, entre outras não menos relevantes.

No ano **2013**, foram contabilizadas **3.122,50 dias de ausência de trabalho** por parte dos trabalhadores do Município, cuja distribuição por género foi de **56,37%** para o sexo masculino, e de **43,63%** para o sexo feminino, conforme melhor se evidencia no seguinte quadro:



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

	Dirigente - Intermédio		Carreiras Gerais – Técnico Superior		Carreiras Gerais – Assistente Técnico		Carreiras Gerais – Assistente Operacional		Informática		Outros		TOTAL	
Casamento	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Proteção na Parentalidade	H:	0	H:	309	H:	50	H:	51	H:	0	H:	0	H:	410
	M:	0	M:	53	M:	351	M:	0	M:	0	M:	0	M:	404
	T:	0	T:	362	T:	401	T:	51	T:	0	T:	0	T:	814
Falecimento de Familiar	H:	0	H:	4	H:	2	H:	27	H:	0	H:	2	H:	35
	M:	3	M:	6	M:	31	M:	12	M:	0	M:	0	M:	52
	T:	3	T:	10	T:	33	T:	39	T:	0	T:	2	T:	87
Doença	H:	0	H:	29	H:	96	H:	645	H:	0	H:	0	H:	770
	M:	3	M:	48	M:	49	M:	112	M:	0	M:	0	M:	212
	T:	3	T:	77	T:	145	T:	757	T:	0	T:	0	T:	982
Por acidente em serviço ou doença profissional	H:	0	H:	0	H:	0	H:	106	H:	0	H:	0	H:	106
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	32	M:	0	M:	0	M:	32
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	138	T:	0	T:	0	T:	138
Assistência a familiares	H:	0	H:	13	H:	40	H:	36	H:	1	H:	5	H:	94
	M:	5	M:	69	M:	89	M:	107	M:	0	M:	0	M:	270
	T:	5	T:	82	T:	129	T:	143	T:	1	T:	5	T:	364
Trabalhador-estudante	H:	0	H:	0	H:	0	H:	37	H:	3	H:	0	H:	40
	M:	0	M:	0	M:	22	M:	0	M:	0	M:	0	M:	22
	T:	0	T:	0	T:	22	T:	37	T:	3	T:	0	T:	62
Por conta do período de férias	H:	0	H:	31,5	H:	12	H:	67	H:	1,5	H:	12	H:	124
	M:	11,5	M:	67	M:	53,5	M:	34,5	M:	0	M:	0	M:	166,5
	T:	11,5	T:	98,5	T:	65,5	T:	101,5	T:	1,5	T:	12	T:	290,5
Com perda de vencimento	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Cumprimento de pena disciplinar	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Greve	H:	0	H:	0	H:	1	H:	1	H:	0	H:	0	H:	2
	M:	0	M:	1	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	1
	T:	0	T:	1	T:	1	T:	1	T:	0	T:	0	T:	3
Injustificadas	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Outros	H:	0	H:	26	H:	36	H:	96	H:	3	H:	18	H:	179
	M:	3	M:	80	M:	41	M:	79	M:	0	M:	0	M:	203
	T:	3	T:	106	T:	77	T:	175	T:	3	T:	18	T:	382
Totais	H:	0	H:	412,5	H:	237	H:	1.066	H:	7,5	H:	37	H:	1.760
	M:	25	M:	324	M:	636,5	M:	376,5	M:	0	M:	0	M:	1362,5
	T:	25	T:	736,5	T:	873,5	T:	1.442,5	T:	7,5	T:	37	T:	3.122,5

As **faltas por doença** são as que assumem maior significado no total de ausências dos colaboradores, representando **31,45%**, seguidas pelas originadas por motivo de **parentalidade (26,07%)** e por **outros motivos¹ (12,23%)**.

¹ Contabilizadas neste item as faltas por consultas e exames médicos, cumprimento de obrigações legais, socorristmo, participação em Campanha Eleitoral, participação em Mesa Eleitoral



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

No ano de 2013, a **taxa de absentismo** foi, assim, de **6,40%**, **significativamente menor** em comparação ao ano de **2012**, que registou uma taxa de absentismo de **8,06%**.

Evolução Dos Valores Do Absentismo De 2010 A 2013

Evolução Do Total De Dias De Ausência Nos Últimos 4 Anos

MOTIVO DE AUSÊNCIA	2010		2011		2012		2013	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Casamento	0	0,00%	26	0,72%	0	0,00	0	0,00%
Parentalidade	768	20,69%	919	25,31%	1.222	27,00	814	26,07%
Falecimento de Familiar	47	1,27%	52	1,43%	79	1,75	87	2,79%
Doença	2.208	59,49%	1.547	4,61%	2.051	45,31	982	31,45%
Acidente em serviço	46	1,24%	137	3,77%	183	4,04	138	4,42%
Assistência a familiares	227	6,12%	259	7,13%	318	7,03	364	11,66%
Trabalhador-estudante	6	0,16%	43	1,18%	47	1,04	62	1,99%
Por conta do período de férias	201,5	5,43%	293	8,07%	337,5	7,46	290,5	9,30%
Com perda de vencimento	0	0,00%	0	0,00%	17	0,38	0	0,00%
Greve	30	0,81%	12	0,33%	12	0,27	3	0,10%
Injustificadas	0	0,00%	103	2,84%	4	0,09	0	0,00%
Outros	178	4,80%	240	6,61%	256	5,66	382	12,23%
TOTAL	3.711,5	100%	3.631	100%	4.526,5	100%	3.122,5	100%

Evolução Da Taxa De Absentismo Nos Últimos 4 Anos

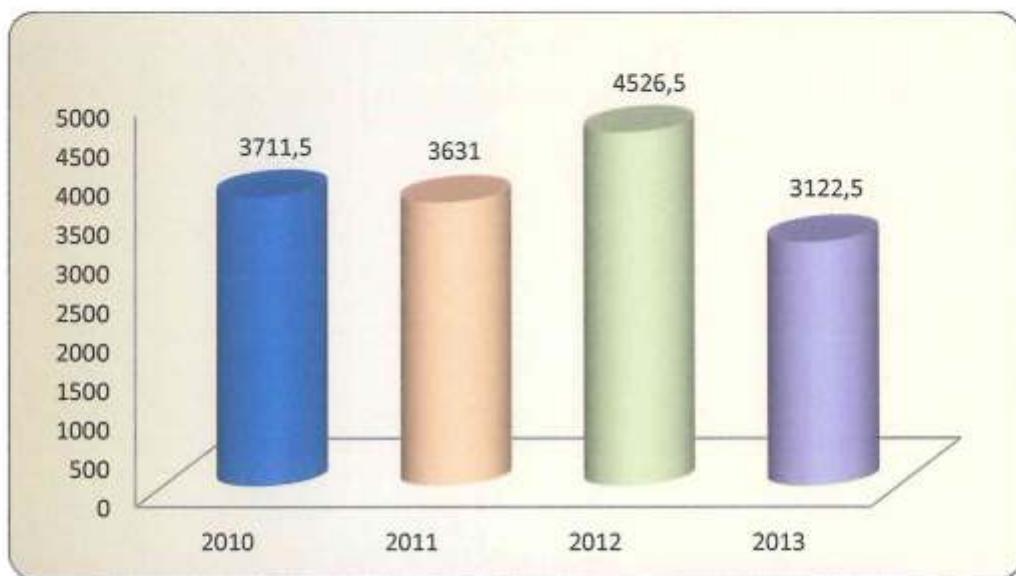
TAXA ABSENTISMO	2010	2011	2012	2013
	6,19%	6,13	8,06	6,40%



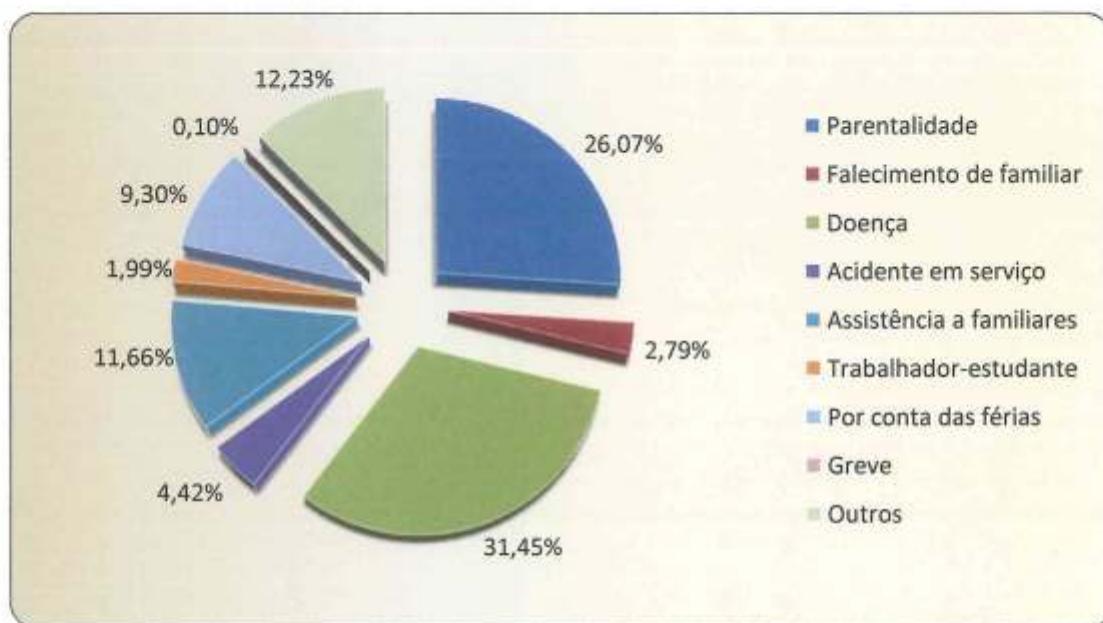
MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DOS VALORES DO ABSENTISMO



DISCRIMINAÇÃO PERCENTUAL DAS AUSÊNCIAS AO TRABALHO NO ANO DE 2013



Da análise dos dados contidos no Quadro e Gráfico relativos ao Absentismo nos últimos 4 anos, constatamos que as ausências ao trabalho apresentam valores relativamente altos, nomeadamente no que diz respeito ao ano de 2012, reduzindo no entanto a sua percentagem no ano seguinte, apresentando-se o ano de 2013 com valores consideravelmente reduzidos de ausências ao serviço. Tal facto poderá estar diretamente relacionado com uma redução efetiva de



trabalhadores, motivada essencialmente pelas saídas verificadas no decorrer do ano.

O absentismo pode ter origem em diferentes motivos de ausência, definidos por Lei, alguns dos motivos apresentam valores relativos com pouca expressão.

As faltas com perda de vencimento foram só ocorreram no ano de 2012 e as faltas injustificadas ou por casamento apresentam valores pouco expressivos, no entanto **há ausências registadas pelo motivo de doença ou doença prolongada que apresentam valores que são superiores a 31,45%**, evidenciando o ano de 2013 um percentual considerável.

É de facto pelo motivo de **doença ou doença prolongada** que os nossos efetivos mais faltaram, representando as suas ausências **31,45% do total do Absentismo**.

Para além da doença, o segundo fator que mais impulsionou o Absentismo no Município de Almodôvar foi a **Proteção da Parentalidade**, com **26,07%**.

3.6 ACIDENTES, OCORRIDOS EM SERVIÇO E NÚMERO DE DIAS PERDIDOS COM BAIXA

ACIDENTES

No **ano de 2013** registaram-se **oito (8) acidentes em serviço, no local de trabalho**.

Cinco (5) acidentes dos 8 registados tiveram como consequência a perda de **138 dias de trabalho**.

Dos acidentes ocorridos no ano de 2013, **50%** foram sofridos por **mulheres** e **50%** sofridos por **homens**.

No percurso para/do local de trabalho (***In itinere***) não se registaram quaisquer acidentes.



MEDICINA NO TRABALHO

A Camara Municipal de Almodôvar, desde o ano de 2012, tem vindo a apostar na área da medicina do trabalho, tendo sido realizados **78 exames médicos** aos trabalhadores do Município, enquanto no ano de 2012 foram realizados 222 exames de admissão.

Para além dos encargos decorrentes da medicina no trabalho, foram, igualmente, investidos **€15.082,93** na aquisição de **equipamento de proteção individual** para os trabalhadores municipais.

No âmbito **da segurança e saúde no trabalho**, realizou-se no decurso do ano de 2013, **1 ação de formação e sensibilização**, que abrangeu um total de **14 trabalhadores** do Município.

3.7 CONTAGEM DOS TRABALHADORES ADMITIDOS E REGRESSADOS

No ano em apreço, ocorreram as seguintes **admissões e regressos**:

- ✓ **GAP** – Membros dos Gabinetes de Apoio à Presidência e à Vereação, nomeados em regime de comissão de serviço - **3**;
- ✓ Na carreira **técnica superior**: Foram desencadeados os procedimentos com vista à abertura de um procedimento concursal para a ocupação de 1 posto de trabalho, no âmbito de uma relação jurídica de emprego público por tempo determinado, entre os meses de setembro de 2013 e junho de 2014, a tempo parcial, com vista à docência de Inglês, de acordo com os termos previstos no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

setembro e da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de setembro, na sua atual redação – 2²;

- ✓ Na carreira de **assistente técnico**: Através do regime de mobilidade interna na categoria regressou **um assistente técnico** ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Almodôvar;
- ✓ Na carreira de **assistente operacional**: Foram desencadeados os procedimentos com vista à abertura de um procedimento concursal, para o recrutamento excepcional de **4 assistentes operacionais**, para exercerem a atividade de **Sapador Florestal**, no Gabinete Municipal de Proteção Civil e de Ordenamento Florestal.

No seguinte quadro discrimina-se o *supra* exposto:

ADMISSÕES/REGRESSOS

	Dirigente - Intermédio		Carreiras Gerais – Técnico Superior		Carreiras Gerais – Assistente Técnico		Carreiras Gerais – Assistente Operacional		Informática		Outros		TOTAL	
Procedimento Concursal	H:	0	H:	0	H:	0	H:	4	H:	0	H:	0	H:	4
	M:	0	M:	2	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	2
	T:	0	T:	2	T:	0	T:	4	T:	0	T:	0	T:	6
Cedência de Interesse Público	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Mobilidade Interna a Órgãos ou Serviços	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	1	M:	0	M:	0	M:	0	M:	1
	T:	0	T:	0	T:	1	T:	0	T:	0	T:	0	T:	1
Regresso de Licença	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Comissão de Serviço	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	3	M:	3
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	3	T:	3
Outras Situações	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Totals	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	4
	M:	0	M:	2	M:	1	M:	0	M:	0	M:	3	M:	6
	T:	0	T:	2	T:	1	T:	0	T:	0	T:	3	T:	10

² Considerando que 1 TS cessou a respetiva relação jurídica de emprego público, por sua iniciativa e foi, consequentemente, desencadeada a reserva de recrutamento, tendo sido provido outro TS.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

CONTAGEM DAS SAÍDAS DE TRABALHADORES

No decurso do ano de 2013 registou-se a **saída de 16 trabalhadores**, conforme se regista:

- ✓ Na carreira de **técnico superior** as saídas ocorreram por denúncia dos respetivos contratos de trabalho (por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo, a tempo parcial) por iniciativa dos próprios trabalhadores, bem como, pela caducidade operada em dois contratos de trabalho celebrados no âmbito das AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular - 4;
- ✓ Na carreira de **assistente operacional** as saídas ocorreram por motivos de caducidade dos respetivos contratos de trabalho, aposentação e morte - 7;
- ✓ No grupo de "**Outros**", ocorreram saídas respetivamente por caducidade de **1** contrato de trabalho (AEC) e ainda **2 por exoneração** (1 do Gabinete de Apoio Pessoal à Presidência – Chefe de Gabinete; 1 do Gabinete de Apoio Pessoal à Vereação) e **2 por cessação das comissões de serviço** (1 adjunto do Gabinete de Apoio Pessoal à Presidência e uma secretária do mesmo Gabinete).

O seguinte quadro ilustra o *supra* exposto:

	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Caducidade	H: 0	H: 0	H: 0	H: 4	H: 0	H: 1	H: 5
	M: 0	M: 2	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 2
	T: 0	T: 2	T: 0	T: 4	T: 0	T: 1	T: 7
Revogação (mútuo acordo)	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador)	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 2	H: 2
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 2	T: 2
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)	H: 0	H: 1	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 1
	M: 0	M: 1	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 1
	T: 0	T: 2	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 2



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

	Dirigente - Intermédio		Carreiras Gerais – Técnico Superior		Carreiras Gerais – Assistente Técnico		Carreiras Gerais – Assistente Operacional		Informática		Outros		TOTAL	
Sanção disciplinar	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Outros	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Conclusão sem sucesso do período experimental	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Fim da Situação de mobilidade interna	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Fim da Situação de cedência de interesse público	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Morte	H:	0	H:	0	H:	0	H:	1	H:	0	H:	0	H:	1
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	1	T:	0	T:	0	T:	1
Reforma/aposentação	H:	0	H:	0	H:	0	H:	2	H:	0	H:	0	H:	2
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	2	T:	0	T:	0	T:	2
Limite de Idade	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Cessação da comissão de serviço	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	1	H:	1
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	1	M:	1
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	2	T:	2
Totais	H:	0	H:	1	H:	0	H:	7	H:	0	H:	4	H:	12
	M:	0	M:	3	M:	0	M:	0	M:	0	M:	1	M:	4
	T:	0	T:	4	T:	0	T:	7	T:	0	T:	5	T:	16

3.8 FORMAÇÃO

A formação é um instrumento de Gestão de Recursos Humanos eficaz e indispensável para atingir os objetivos organizacionais, que visa a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento das competências pessoais, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias, conducentes à melhoria da produtividade organizacional.

Pretende igualmente dotar a administração autárquica de maior capacidade para responder eficazmente aos novos desafios da descentralização e da modernização administrativa, bem como aos novos desafios do



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

desenvolvimento local e regional, da sociedade de informação e da crescente exigência na qualidade dos serviços prestados aos utentes.

Neste quadro de objetivos e resultados expectáveis, com a formação profissional pretende-se alinhar a oferta formativa às necessidades da Câmara Municipal.

Nestes termos, no decurso do ano de 2013 a Câmara Municipal com o objetivo de valorizar e qualificar os seus Recursos Humanos e, desta forma, potenciar a eficácia e a eficiência dos Serviços, na perspetiva do desenvolvimento de uma atitude **orientada para o Município**, criou, nomeadamente, condições para estimular a qualificação e o mérito, bem como os mecanismos inerentes à sua valorização.

Para o efeito privilegiou a formação promovida por entidades devidamente credenciadas, nomeadamente o INA, o CEFA, a ATAM, a AMBAAL, a ANMP e a Ordem dos Arquitetos, como adiante se refere.

Os seguintes quadros evidenciam o número de horas de formação, bem como o número de participações:

AÇÕES DE FORMAÇÃO POR TIPO SEGUNDO A DURAÇÃO DA AÇÃO

	Menos de 30 Horas	De 30 a 59 Horas	De 60 a 119 Horas	120 Horas ou mais	TOTAL
Internas	1,00	7,00	,00	,00	8,00
Externas	25,00	4,00	,00	,00	29,00
TOTAIS	26,00	11,00	,00	,00	37,00

PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO

	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Internas	10	29	26	17	0	1	83
Externas	3	20	21	22	2	3	71
TOTAIS	13	49	47	39	2	4	154

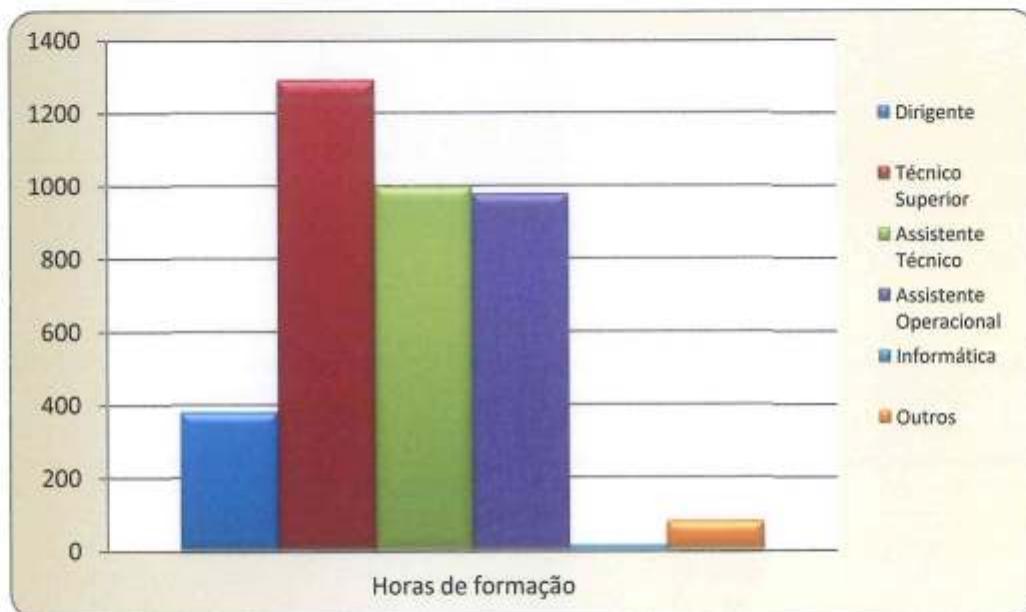


HORAS DESPENDIDAS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR CARGO/CARREIRA SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO

	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Internas	360	1.029	876	456	0	21	2.742
Externas	19	260	121	521	14	57	994
TOTAIS	379	1.289	997	977	14	78	3.736

As ações de formação realizadas e frequentadas pelos trabalhadores municipais, no ano de 2013, tiveram uma componente **interna (8)** e outra **externa (29)**, num total de **37 ações**, que atingiu **3.736 horas**, sendo **2.742 horas de formação interna** e de **994 horas de formação externa**. Estas ações abrangeram um universo de **154 formandos**.

HORAS DESPENDIDAS EM FORMAÇÃO POR CARGO/CARREIRA



Os trabalhadores da carreira/categoria de **técnico superior** foram os que **mais horas estiveram em formação**, quer no que respeita à formação interna, quer no que respeita à formação externa. Contudo o maior número de horas de formação foi despendido em ações internas. Este grupo



profissional foi o que mais participou nas ações de formação tendo atingido um total de **49 participações** que equivale a **31,82% do total das participações**, muito próximo do grupo profissional de **assistente técnico** com **47 participações**, que representa **30,52% do total das participações**.

As ações de formação internas, num total de 8, decorreram nas instalações da Câmara Municipal e realizaram-se através de sessões de **formação em sala**, ministrada por formadores externos (**ADPM**), das quais, 7 foram promovidas no âmbito da candidatura 3.4 – *Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local*, aprovada pela Comissão Diretiva do POPH.

A duração de cada uma destas **7 ações foi de 36h** e 1 delas teve uma duração inferior a 30h, isto é **21h**. Estas ações de formação incidiram nas seguintes **áreas temáticas**:

- ◆ Sistema integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Local;
- ◆ Enquadramento legal da Gestão de Recursos Humanos, no que respeita à legislação aplicável aos Vínculos, Carreiras e Remunerações e ao Pessoal Dirigente;
- ◆ Enquadramento legal das Finanças Locais;
- ◆ Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, com especial incidência no acompanhamento e controlo das operações de execução orçamental e da situação financeira;
- ◆ Contratação Pública;
- ◆ Tecnologias de informação e comunicação, sociedade de informação e administração eletrónica;
- ◆ Necessidades formativas decorrentes da transferência de competências, para os municípios na área da Educação;
- ◆ Reconhecer e atuar "salva vidas" - Primeiros Socorros.

As 29 ações de formação externas, realizaram-se em diferentes entidades formadoras, tais como a **ARQCOOP, INE, AMBAAL, ATAM, Ordem dos Arquitetos, Rede Europeia Anti Pobreza, Bibliotecas Municipais, INA, IP, Beja, ERSAR, CPCJ, IGAP, Centro de Estudos de Direito Público e Regulação, ANMP e ANIECA**.



As ações externas em referência consistiram essencialmente na promoção de **CURSOS, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS, REUNIÕES DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL- RAP, ENCONTROS, SIMPÓSIOS, CONGRESSOS** e incidiram, designadamente, sobre as seguintes **áreas temáticas:**

- ◆ Conservação e Reabilitação do Património Edificado;
- ◆ Sistemas de Indicadores das operações turísticas – SIOU;
- ◆ Lei das Finanças Locais;
- ◆ Informação Geográfica de Apoio à Gestão e Decisão Municipal;
- ◆ Orçamento de Estado para 2013 e as Alterações à LVCR e ao RCTFP;
- ◆ Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos;
- ◆ Erros e Omissões – Origem, Resolução e Responsabilidades;
- ◆ RAP – Reunião de Aperfeiçoamento Profissional – Castro Verde;
- ◆ O papel dos cidadãos na construção de uma sociedade mais incisiva;
- ◆ Atendimento: a arte de encantar;
- ◆ Curso de Literatura "Aula José Saramago";
- ◆ Fiscalização Municipal no âmbito do Licenciamento Zero;
- ◆ Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- ◆ Recertificação de Tripulante de Ambulância de Socorro;
- ◆ XXIII Encontro de Marketing e Comunicação Autárquica;
- ◆ IV Simpósio de Segurança Informática e Cibercrime;
- ◆ Curso Prático de Reporte de Informação Económica e Financeira das Entidades Gestoras de Serviços de Águas e Resíduos;
- ◆ Formação Contínua de Motoristas de Pesados de Mercadorias;
- ◆ *Coaching* na Liderança e na Gestão de Equipas;
- ◆ Gestão e Fiscalização de Obras;
- ◆ III Curso de Pós-Graduação em Direito do Emprego Público;
- ◆ Intervenção Sócio Terapêutica com famílias de crianças vítimas de abuso sexual;
- ◆ O protocolo de intervenção multisectorial em situações de abuso sexual;
- ◆ Nova Lei das Finanças Locais, Entidades Intermunicipais e novas Competências Autárquicas;
- ◆ Património Classificado – DL 140/2009, quatro anos depois;
- ◆ Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- ◆ As atividades económicas face à iniciativa do Licenciamento Zero;
- ◆ XXI Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- ◆ Curso de Neurolinguística (PNL);



- ◆ Curso de Atualização de Motoristas de Transportes de Crianças.

As ações de formação decorreram na sua totalidade em **regime presencial**.

Não foram frequentadas ações de formação em regime de autoformação.

DESPESA COM FORMAÇÃO

Os custos totais com a formação, em **2013** foram de **€10.087,40**. A despesa com as ações formação interna foi de **€4.513,80** e com as ações de formação externa foi de **€5.573,60**.

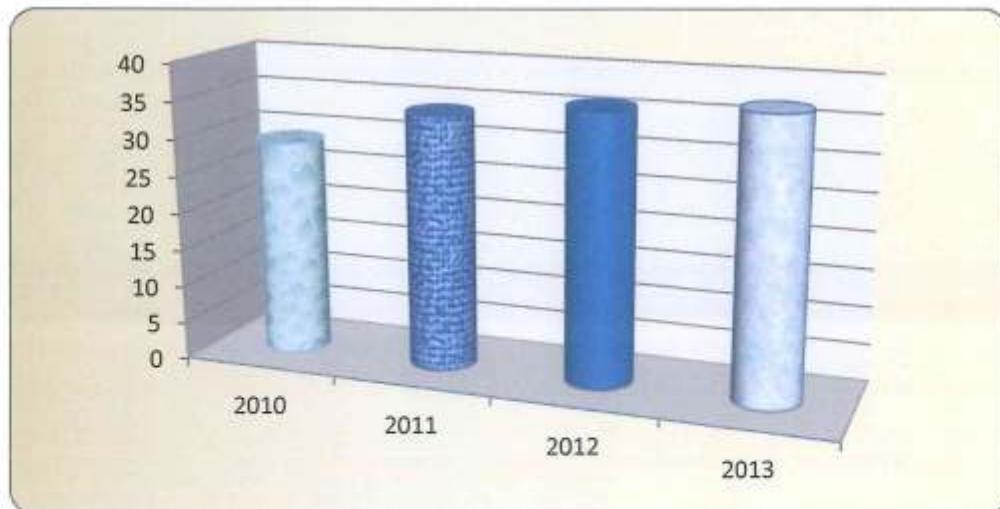
A **taxa de investimento em formação**, que se traduz pelo rácio das despesas com formação e o total dos encargos com pessoal, foi no ano de **2013** de **0,30 %**, sendo que no ano de **2012** havia sido de **0,33 %**.

AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS DE 2010 A 2013

DADOS COMPARATIVOS DO N.º DE AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS

2010	2011	2012	2013
29	34	36	37

EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO DE 2010 A 2013





O **número total** de ações de formação realizadas apresenta um **ligeiro crescimento** desde o ano de 2010 e até 2013, verificando-se uma tímida evolução em 2011, contudo a formação no Município tem assumido um papel preponderante e apresentado registos significativos e importantes, devido essencialmente, e nestes últimos anos, ao Programa Operacional do Potencial Humano (POPH).

Estes programas têm como objetivo implementar processos de melhoria nos serviços, aumentar o nível de qualificação e competências dos seus recursos humanos e dotar a Autarquia de maior capacidade de para responder eficazmente aos novos desafios de descentralização administrativa e desenvolvimento.

3.9 SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SIADAP

A avaliação do desempenho é um instrumento de desenvolvimento da estratégia das organizações, fornecendo elementos essenciais para melhorar a definição das funções, ajustar a formação às necessidades dos trabalhadores, abrir oportunidades de carreira de acordo com as potencialidades demonstradas por cada um e valorizar as contribuições individuais para a equipa.

A avaliação de desempenho é também uma das mais poderosas ferramentas para a gestão de recursos humanos. O seu objetivo é melhorar os resultados, ajudando os trabalhadores a atingir níveis de desempenho mais elevados, sendo uma fonte de informação útil para desencadear medidas de desenvolvimento pessoal e profissional.

A instituição de um modelo credível de avaliação é essencial para a introdução de uma nova cultura de gestão pública, para uma correta apreciação dos recursos alocados a cada um dos organismos e funções e para a criação de condições de maior motivação profissional, qualificação e formação permanente dos recursos humanos.



Trata-se também de um instrumento de gestão que, a ser devidamente utilizado, permitirá identificar desequilíbrios funcionais, deficiências organizacionais, responsabilizar o pessoal e os dirigentes e criar um clima de exigência, de mérito e de transparência na ação dos serviços.

O sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), atualmente em vigor, foi aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, tem como campo de aplicação o desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores, concretizando uma conceção integrada dos sistemas de gestão e avaliação, permitindo alinhar, de uma forma coerente, os desempenhos dos serviços e dos que neles trabalham, e tendo, por isso, uma vocação de aplicação universal à administração estadual, regional e autárquica.

Mais concretamente, o SIADAP aplica-se aos serviços da administração direta e indireta do Estado, bem como, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências dos correspondentes órgãos, aos serviços da administração regional autónoma e à administração autárquica, tendo em vista o desempenho dos serviços, dos dirigentes, e dos trabalhadores da Administração Pública, independentemente da modalidade de constituição da relação jurídica de emprego público.

No que respeita à Administração Local, o SIADAP foi adaptado à realidade municipal, tendo para o efeito sido aprovado o Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de setembro.

De entre as alterações de que a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro foi objeto até à presente data, foi a alteração promovida pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) que mais inovações veio trazer ao regime até agora em vigor, sendo que as mesmas apenas serão aplicáveis aos desempenhos e ao ciclo avaliativo que se iniciam em janeiro de 2013, devendo o desempenho relativo ao ano de 2012 ser avaliado de acordo com as disposições vigentes a 31 de dezembro de 2012.

De referir ainda que, não obstante não ter havido até ao momento qualquer alteração ao Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de setembro, tendo em



vista a incorporação das alterações ao SIADAP à realidade das autarquias locais, o Artigo 49.^º n.^º 6 da Lei n.^º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) refere expressamente que as "*alterações introduzidas não prejudicam os sistemas SIADAP adaptados, com exceção dos que disponham de ciclos avaliativos anuais, os quais passam a bienais*".

O Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública, após as alterações efetuadas pela Lei n.^º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013), configura a seguinte estrutura:

CICLOS DE AVALIAÇÃO

Os ciclos de avaliação variam consoante os seguintes subsistemas:

- ◆ **SIADAP 1** (Avaliação do Desempenho dos Serviços Municipais – unidades orgânicas) – anual;
- ◆ **SIADAP 2** (Avaliação do Desempenho dos Dirigentes dos Municípios) – de cinco ou três anos, de acordo com a duração da comissão de serviço;
- ◆ **SIADAP 3** (Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores dos Municípios) – bienal.

Estes subsistemas funcionam de forma integrada pela coerência entre objetivos fixados no âmbito do sistema de planeamento, objetivos do ciclo de gestão da entidade, objetivos das unidades orgânicas, objetivos fixados na carta de missão dos dirigentes superiores, quando existam, e objetivos fixados aos demais dirigentes e trabalhadores.

Neste contexto importa registar que no decurso do exercício em apreço a Câmara Municipal promoveu todos os procedimentos inerentes à integral aplicação do Sistema de Avaliação do Desempenho (SIADAP 1, 2 e 3).



3.10 MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO

No âmbito do processo de regulamentação das políticas que visam promover a coesão social através do emprego e da qualificação profissional revestem-se de particular valor estratégico o "*Contrato Emprego Inserção*", o "*Contrato Emprego-Inserção+*" e o "*Contrato Emprego Inserção com Pessoas com Deficiência e Incapacidade*".

Através destas medidas os desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego, de rendimento social de inserção e de pessoas com deficiências e incapacidades desenvolvem atividades socialmente úteis, que lhes permite melhorar as suas competências socioprofissionais e o contato com o mercado de trabalho, enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho, subordinado ou autónomo, ou de formação profissional, garantindo-lhes um rendimento de subsistência e mantendo-os em contacto com outros trabalhadores e outras atividades, evitando, assim, o seu isolamento.

Para além destas medidas o Município promoveu ainda estágios no âmbito do agora designado *Programa EE (Estágio Emprego)*, cujo objetivo visa integrar os jovens para, através de experiência prática em contexto laboral, melhorar o respetivo perfil de empregabilidade e promover a respetiva inserção profissional.

A Câmara Municipal ao longo de vários anos, na qualidade de entidade promotora, tem desenvolvido projetos desta natureza, atendendo às necessidades das diversas unidades orgânicas.

As candidaturas às referidas medidas são apresentadas pela Câmara Municipal ao Instituto de Emprego e Formação profissional, entidade responsável pela análise, decisão de aprovação e cofinanciadora destes projetos.

Os utentes que fazem parte dos projetos "Contrato Emprego-Inserção – CEI" e do "Contrato Emprego-inserção+ - CEI+" auferem da Câmara Municipal os seguintes valores: 20% do Indexante dos Apoios Sociais (**IAS**), o valor do



subsídio de refeição, sendo igualmente da responsabilidade da edilidade o pagamento do seguro de acidentes.

Por sua vez, os beneficiários com deficiência e incapacidades auferem da Câmara Municipal 10% do valor do IAS (€419,22) e ainda o pagamento do respetivo seguro de acidentes, cabendo ao IEFP o pagamento do valor correspondente ao subsídio de refeição.

No que respeita aos estágios emprego, o valor da bolsa de estágio a comparticipar pela Câmara Municipal, enquanto entidade promotora, depende do nível de estágio a realizar, cabendo-lhe ainda a satisfação dos encargos decorrentes com a Segurança Social.

Por tipologia de contrato verificou-se que:

- ◆ “**Contrato Emprego-Inserção**” – **CEI** participaram **55 pessoas**, sendo 19 do sexo masculino e 36 do sexo feminino;
- ◆ **Contrato Emprego-Inserção +** – **CEI+** participaram **46 pessoas**, dos quais 18 do sexo masculino e 28 do sexo feminino;
- ◆ O programa destinado a pessoas com **deficiência e incapacidade** abrangeu **1 pessoa**;
- ◆ **CEI – Património** participaram **9 pessoas**, sendo 2 do sexo masculino e 7 do sexo feminino;
- ◆ **Estágios Passaporte Emprego** participaram **7 pessoas**, sendo 2 do sexo masculino e 5 do sexo feminino;
- ◆ **Estágios Profissionais** participaram **14 pessoas**, sendo 2 do sexo masculino e 12 do sexo feminino;
- ◆ **Estágios Emprego** participaram **19 pessoas**, sendo 3 do sexo masculino e 16 do sexo feminino.

De referir que as medidas CEI – Património, Estágios Passaporte Emprego e Estágios Profissionais foram medidas efetivamente criadas, cujos estágios



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

mantém-se em curso até aos respetivos termos, contudo o diploma que as regula foi entretanto revogado.

A mobilização dos recursos financeiros da Câmara Municipal, no exercício de 2013, nos contratos mencionados, foi a seguinte:

MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO/ESTÁGIOS		
	RECEITA	DESPESA
Contrato Emprego-Inserção		
Contrato Emprego-Inserção+		
Contrato Emprego-Inserção p/ pessoas com deficiência e Incapacidades	€109.556,69	€171.271,28
CEI - Património		
Estágios	€115.242,01	€95.160,01

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

4.1 INTRODUÇÃO

Com o presente capítulo do Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Almodôvar pretende-se dar cumprimento ao estipulado na nota Técnica n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Nos termos dos nºs 1, 2 e 13 do POCAL compete ao órgão executivo a elaboração anual do Relatório de Gestão, bem como dos demais documentos de prestação de contas que submeterá a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

Neste capítulo disponibiliza-se informação relativa à atividade financeira e patrimonial da autarquia, evidenciando os aspetos mais importantes, com



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

particular ênfase na análise da execução orçamental das receitas e das despesas, relevando aspetos do investimento realizado, do endividamento municipal, identificando os resultados operados no exercício, bem como a apresentação da proposta de aplicação do resultado líquido.

Nestes termos, a análise da situação económica e financeira do Município reportada ao exercício de 2013, incidirá sobre o seguinte:

- ◆ Execução orçamental das receitas e das despesas e respetivos indicadores;
- ◆ Os indicadores de gestão financeira adequados à análise do balanço e da demonstração de resultados;
- ◆ Investimento realizado;
- ◆ Evolução do Serviço da Dívida nas componentes de curto, médio e longo prazo;
- ◆ Resultados obtidos no exercício;
- ◆ Proposta fundamentada da aplicação do Resultado Líquido do Exercício; e
- ◆ Registo dos factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas devidamente evidenciados nos quadros que se apresentam, e permitem uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da autarquia, através da análise e estudo da evolução e estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2013.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

1 – Em termos de posição financeira assinala-se:

- a) Aumento do ativo líquido na ordem de **€1.917.376,82**, essencialmente por reforço do imobilizado no valor de **€2.025.279,69** e dos depósitos em instituições financeiras e caixa no valor de **€120.540,48**;
- b) Decréscimo de **€104.956,29** do total do passivo total (não considerando acréscimos e diferimentos);
- c) O passivo de médio e longo prazo diminuiu no exercício de 2013 cerca de **€338.018,92** e o passivo de curto prazo, no mesmo período, aumentou **€233.062,63**, devido em especial ao montante em dívida a fornecedores verificada a 31.DEZ.2013;
- d) Os indicadores económicos e financeiros mantêm uma estrutura equilibrada.

2 – Em termos de resultados:

- a) Resultado operacional positivo na ordem dos **€717.677,47**, resultado líquido de **€787.460,81**;
- b) Os proveitos operacionais **€9.973.995,49** e os custos operacionais **€9.900.845,58**.

3 – Em termos orçamentais:

- a) Receita cobrada líquida foi de **€14.190.988,45**, correspondendo a uma execução orçamental de **90,68%**;
- c) As receitas correntes cobradas foram de **€7.724.830,61**, a que acresce o valor de **€619.920,00**, referente a **Outras Receitas Correntes** enquanto as despesas correntes pagas atingiram **€7.713.214,12**; em consequência, obteve-se uma poupança corrente de **€631.536,49**;
- d) A receita de capital cobrada foi de **€4.480.396,02**, a que acresce o valor de **€1.369.579,94**, referente a **Outras Receitas de Capital**, enquanto as despesas de capital pagas foram de **€4.481.293,79**, em consequência obteve-se uma poupança de **€1.368.682,17**;



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

e) Saldo de disponibilidades de **€2.480.125,87**, dos quais **€2.000.152,13** são de operações orçamentais, a transitar para 2014.

4.2 PROCESSO ORÇAMENTAL

Na reunião de 12.DEZ.2012, a Câmara Municipal aprovou a Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, a qual foi homologada pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 21.DEZ.2012.

No decorrer do ano de 2013, as Grandes Opções do Plano e Orçamento foram objeto de **dezdez alterações aprovadas no âmbito das competências delegadas e uma revisão** às Grandes Opções do Plano e Orçamento, a qual foi aprovada pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, conforme consta nos seguintes quadros:

MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2013
(até ao dia 20.OUT.2013)

Alteração/Revisão	Data do Despacho do Presidente da Câmara	Data da Reunião de Câmara	Data da Sessão da Assembleia Municipal	Data da comunicação às entidades competentes
1.ª Alteração	22.01.2013	24.01.2013	-----	28.01.2013
2.ª Alteração	11.02.2013	20.02.2013	-----	15.02.2013
3.ª Alteração	26.02.2013	06.03.2013	-----	27.02.2013
4.ª Alteração	25.03.2013	03.04.2013	-----	04.04.2013
5.ª Alteração	05.04.2013	17.04.2013	-----	11.04.2013
1.ª Revisão	12.04.2013	17.04.2013	29.04.2013	02.05.2013
6.ª Alteração	02.05.2013	02.05.2013	-----	06.05.2013
7.ª Alteração	16.05.2013	05.06.2013	-----	17.05.2013
8.ª Alteração	29.05.2013	05.06.2013	-----	30.05.2013
9.ª Alteração	19.06.2013	19.06.2013	-----	20.06.2013
10.ª Alteração	15.07.2013	17.07.2013	-----	18.07.2013
11.ª Alteração	05.08.2013	07.08.2013	-----	05.08.2013
12.ª Alteração	14.08.2013	21.08.2013	-----	16.08.2013
13.ª Alteração	12.09.2013	18.09.2013	-----	12.09.2013
14.ª Alteração	23.09.2013	25.10.2013	-----	24.09.2013
15.ª Alteração	15.10.2013	25.10.2013	-----	17.10.2013

**MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2013
(a partir do dia 21.OUT.2013)**

Alteração	Data do Despacho do Vice-Presidente da Câmara	Data da Reunião de Câmara	Data da comunicação às entidades competentes
16.ª Alteração	18.11.2013	20.11.2013	19.11.2013
17.ª Alteração	09.12.2013	18.12.2013	10.12.2013
18.ª Alteração	27.12.2013	09.01.2014	27.12.2013

Nas dezoito alterações orçamentais reajustaram-se as dotações, de forma a permitir a execução de novos investimentos que fomentassem o desenvolvimento do concelho de Almodôvar, nomeadamente, a execução de investimentos estruturantes nas seguintes áreas: Equipamento Administrativo, Iluminação Pública, Mercados, Sistema de Drenagem de Águas Residuais, Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, Infraestruturas Elétricas, Captação e Distribuição Pública de Água, Recuperação do Património Edificado, Requalificação Urbana e Construção de Equipamentos.

Na 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento, de 2013 introduziram-se novas rubricas e novos projetos, quer no orçamento da receita quer no orçamento da despesa, inicialmente, não previstas, procedendo-se à anulação dos correspondentes valores.

4.3 – ORÇAMENTO INICIAL E FINAL

A estrutura do Orçamento assenta em receitas correntes e receitas de capital, as quais suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental, numa perspetiva de otimização dos recursos arrecadados face às necessidades da despesa.

O Orçamento de 2013 apresentava o montante previsional global de **€13.644.051,00** dos quais **€7.986.295,00** correspondiam a receitas e despesas de natureza corrente e **€5.657.756,00** respeitavam a receitas e despesas de natureza capital.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

No âmbito das suas competências os órgãos municipais aprovaram, na 1.^a Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento, a aplicação do Saldo da Gerência do exercício anterior, cujo valor foi de **€1.973.999,94**, sendo que, deste montante, **€604.420,00** reforçou dotações respeitantes a despesa corrente e **€1.369.579,94** reforçou dotações referentes a despesa de capital, e ainda, o saldo das Reposições não Abatidas nos Pagamentos, cujo valor foi de **€15.500,00**, que reforçou dotações orçamentais na componente Despesa Corrente.

Efetuaram-se, igualmente, ajustamentos às previsões das dotações orçamentais inicialmente definidas, das quais resultou um aumento no Orçamento inicial, que se fixou em **€15.649.550,94**, distribuindo-se **€8.622.215,00** por despesas correntes e **€7.027.335,94** por despesas de capital, conforme consta no seguinte quadro:

	RECEITA			DESPESA	
	Previsão Inicial	Variações na Receita	Previsão Corrigida (Final)	Previsão Inicial	Previsão Corrigida (Final)
Correntes	€7.986.295,00	€16.000,00	€8.002.295,00*	€7.986.295,00	€8.622.215,00**
Capital	€5.657.756,00	€0,00	€5.657.756,00*	€5.657.756,00	€7.027.335,94**
Outras	€0,00	€1.989.499,94	€1.989.499,94 ***		
TOTAL	€13.644.051,00	€2.005.499,94	€15.649.550,94	€13.644.051,00	€15.649.550,94

* Não inclui saldo da gerência anterior

** Inclui saldo da gerência anterior

*** Saldo da gerência anterior: €604.420,00 despesa corrente e €1.369.579,94 despesa de capital; Reposições não abatidas nos pagamentos: €15.500,00 despesa corrente

4.3.1 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

No que concerne à execução orçamental da Câmara Municipal, no ano de 2013 a receita global cobrada foi de **€7.724.830,61 (54,42%)** de **receitas correntes**, **€4.480.396,02 (31,56%)** de **receitas de capital** e



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

€1.989.433,41 (14,02%) de outras receitas, cifrando-se o montante global da receita em €14.194.660,04.

Durante o exercício efetuaram-se reembolsos e restituições no valor de **€3.671,59**, o que cifrou o montante da **receita cobrada líquida** nos **€14.190.988,45**.

No que respeita às despesas realizadas pela Autarquia o montante global foi de **€12.194.507,91**, sendo que **€7.713.214,12** corresponderam a despesas correntes e **€4.481.293,79**, respeitaram a despesas de capital.

O seguinte quadro espelha a estrutura do Orçamento bem como a sua execução:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Composição	Dotação (1)	Execução (Receita Cobrada Líquida) (2)	% Execução (2)/(1)*100	% Peso por receita/despesa (2)/Total das receitas/despesas*100
Receitas Correntes	8.002.295,00	7.721.159,02	96,49	54,41
Receitas de Capital	5.657.756,00	4.480.396,02	79,19	31,57
Outras Receitas	1.989.499,94	1.989.433,41	99,99	14,02
Total das Receitas	15.649.550,94	14.190.988,45	90,68	100,00
Despesas Correntes	8.622.215,00	7.713.214,12	89,46	63,25
Despesas de Capital	7.027.335,94	4.481.293,79	63,77	36,75
Total das Despesas	15.649.550,94	12.194.507,91	77,92	100,00

4.3.2 SALDO DA GERÊNCIA DE 2013

Importa, salientar que o **Saldo da Gerência de 2013** ascendeu a **€2.480.125,87**, reportando-se **€2.000.152,13** à Execução Orçamental e **€479.973,74** a **Operações de Tesouraria**, conforme consta no Fluxo de Caixa e no Resumo Diário da Tesouraria de 31 de Dezembro de 2013, como se demonstra no seguinte quadro:



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

SÍNTSE DO SALDO DE GERÊNCIA DE 2013	
(unidade: euros)	
Saldo da Gerência Anterior (2012)	
Execução Orçamental	1.973.999,94
Operações de Tesouraria	385.585,45
Receita	
Total das Receitas Orçamentais	12.220.660,10
Operações de Tesouraria	856.226,96
Despesa	
Total das Despesas Orçamentais	12.194.507,91
Operações de Tesouraria	761.838,67
Saldo para a Gerência Seguinte (2013)	
Execução Orçamental	2.000.152,13
Operações de Tesouraria	479.973,74

4.3.3 – EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No ano de 2013 a Receita total cobrada bruta ascendeu a **€14.194.660,04** e a Despesa total executada foi de **€12.194.507,91**, o que nos permite concluir que no decurso do exercício económico em análise os recebimentos são superiores aos pagamentos em **€2.000.152,13**.

A informação constante nos seguintes quadros demonstra que, a Câmara Municipal, no âmbito da execução orçamental desenvolvida em 2013 respeitou claramente o princípio do equilíbrio consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, libertando **uma poupança de €2.000.152,13**, para ser incorporada no Orçamento de 2014, à data da aprovação da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento.

RECEITA	VALOR €	%	DESPESA	VALOR €	%
Saldo da Gerência Anterior	1.973.999,94	13,91			
Reposições não abatidas nos pagamentos	15.433,47	0,11			
Receitas Correntes	7.724.830,61	54,42	Despesas Correntes	7.713.214,12	63,25
Receitas de Capital	4.480.396,02	31,56	Despesas de Capital	4.481.293,79	36,75
Total	14.194.660,04	100,00	Total	12.194.507,91	100,00



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

Descrição	Receita Realizada (1)	Despesa Paga (2)	Poupança
			Valor € 3=(1-2)
Correntes	8.344.684,08*	7.713.214,12	631.469,96
Capital	5.849.975,96**	4.481.293,79	1.368.682,17
Total	14.194.660,04	12.194.507,91	2.000.152,13

* Este valor integra o saldo da gerência anterior no valor de €604.420,00, referente à componente corrente e o montante das reposições não abatidas nos pagamentos, no valor de €15.433,47.

** Integra o saldo da gerência anterior, cujo valor é de €1.369.579,94, referente à componente capital.

Em conformidade com a informação constante no exposto no seguinte quadro concluímos que, nos últimos três anos, a Câmara Municipal cumpriu **o princípio do equilíbrio orçamental**, na medida em que a cobrança de receitas correntes superaram o valor das despesas da mesma natureza.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

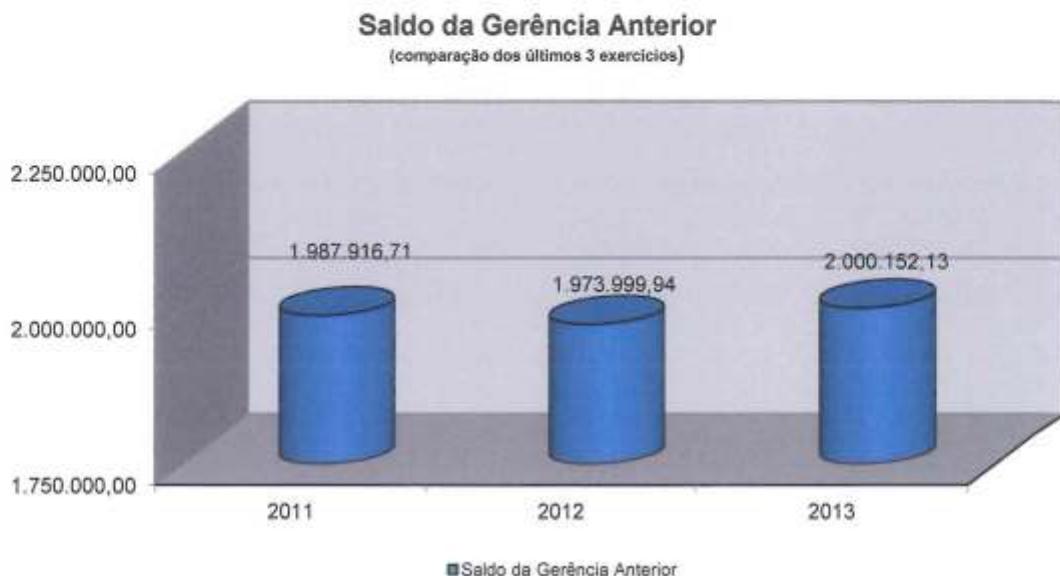
Execução Orçamental	2011	2012	2013
Receitas Correntes	8.218.577,41	7.611.644,71	7.724.830,61
Despesas Correntes	7.723.486,42	7.247.439,73	7.713.214,12
<i>Saldo Corrente(1)</i>	<i>495.090,99</i>	<i>364.204,98</i>	<i>11.616,49</i>
Receitas de Capital	4.821.534,85	4.340.504,14	4.480.396,02
Despesas de Capital	3.914.310,95	4.768.583,50	4.481.293,79
<i>Saldo de Capital(2)</i>	<i>907.223,90</i>	<i>-428.079,36</i>	<i>-897,77</i>
Outras Receitas*(3)	585.601,82	2.037.874,32	1.989.433,41
<i>Saldo do Exercício</i> <i>(4)=(1)+(2)+(3)</i>	<i>1.987.916,71</i>	<i>1.973.999,94</i>	<i>2.000.152,13</i>
<i>Taxa de Execução Receita</i>	<i>79,642%</i>	<i>80,500%</i>	<i>90,70%</i>
<i>Taxa de Execução Despesa</i>	<i>68,227%</i>	<i>69,142%</i>	<i>77,92%</i>

* Esta rubrica comprehende os valores relativos ao saldo da gerência anterior e a reposições não abatidas nos pagamentos

O seguinte gráfico evidencia a evolução do saldo do exercício **nos últimos três anos**:



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL



O saldo orçamental do exercício de 2013 atingiu o valor de **€2.000.152,13**.

4.3.4 – FONTES DE FINANCIAMENTO

As fontes de financiamento das Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano económico em referência alicerçaram-se nas seguintes receitas:

- ◆ As transferências do Orçamento do Estado, cuja expressão é o somatório do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS;
- ◆ As provenientes dos Impostos Diretos, designadamente, Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Derrama e Imposto Único de Circulação;
- ◆ As receitas próprias da Autarquia relativas à cobrança das taxas e licenças;
- ◆ As comparticipações provenientes do QREN;
- ◆ Outras receitas da Administração Central;
- ◆ Produto do Empréstimo contratualizado junto de BES.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

5. – ANÁLISE COMPARATIVA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

5.1. RECEITA

O valor global do orçamento de receita inicialmente previsto foi de **€13.644.051,00**.

Através da revisão orçamental este valor sofreu **um acréscimo de €2.005.499,40**, resultante dos ajustamentos efetuados nas diferentes rubricas do orçamento da receita e da aplicação do saldo da gerência, fixando-se nos **€15.649.550,94**, dos quais **€8.002.295,00** são receitas correntes, **€5.657.756,00** são receitas de capital e **€1.989.499,94** são outras receitas.

Nestes termos, a **taxa de execução da receita corrente** foi de **96,53%**, e a **taxa de execução da receita de capital** foi de **79,19%**, concluindo-se, assim, que a **percentagem de execução do orçamento** foi de **90,70%**.

No que respeita à previsão da receita constante na rubrica "Outras Receitas" o percentual de execução fixou-se nos **99,99%**.

O seguinte quadro apresenta a comparação entre os valores iniciais da receita (e respetivas previsões corrigidas), e os valores executados no ano económico em análise:



MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – RECEITA

RECEITAS	Valor Inicial	Previsões Corrigidas	Valor Final
<i>Receitas correntes</i>			
01. Impostos Diretos	758.065,00	758.065,00	620.720,22
02. Impostos Indiretos	65.244,00	65.244,00	66.352,25
04. Taxas, multas e outras penalidades	167.546,00	167.546,00	157.722,41
05. Rendimentos da propriedade	391.498,00	391.498,00	440.782,32
06. Transferências correntes	6.028.068,00	6.044.068,00	5.862.578,60
07. Venda de bens e serviços correntes	555.874,00	555.874,00	568.935,01
08. Outras receitas correntes	20.000,00	20.000,00	7.739,80
Total de Receitas Correntes	7.986.295,00	8.002.295,00	7.724.830,61
<i>Receitas de Capital</i>			
09. Venda de bens de investimento	434.100,00	434.100,00	49.135,93
10. Transferências de capital	4.965.323,00	4.965.323,00	4.346.917,96
12. Passivos Financeiros	253.333,00	253.333,00	77.821,90
13. Outras receitas de capital	5.000,00	5.000,00	6.520,23
Total de Receitas de Capital	5.657.756,00	5.657.756,00	4.480.396,02
<i>Outras Receitas</i>			
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	15.500,00	15.433,47
16. Saldo da gerência anterior	0,00	1.973.999,94	1.973.999,94
Total de outras receitas	0,00	1.989.499,94	1.989.433,41
TOTAL DO ORÇAMENTO DE RECEITA	13.644.051,00	15.649.550,94	14.194.660,04

5.1.1 RECEITAS CORRENTES

No que diz respeito à **Receita Corrente**, o montante gerado totalizou o valor de **€7.724.830,61**, verificando-se um acréscimo de **1,47%** em relação à receita corrente do ano anterior. Este tipo de receita distribui-se maioritariamente pelas seguintes rubricas: Impostos Diretos; Rendimentos de Propriedade; Transferências Correntes e Venda de Bens e Serviços Correntes.

No que concerne à evolução das receitas dos dois últimos exercícios destacamos as rubricas “**Impostos Diretos**” e “**Rendimentos de Propriedade**” que em 2013 registaram um acréscimo de, respetivamente, **€113.737,84** e **€196.446,43**.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

Nestes termos, apresenta-se a evolução das receitas nos dois anos precedentes refletidas no seguinte quadro:

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

Receita Corrente	2012 (2)	2013 (2)	Variação em € (3) = (2)-(1)
Impostos Diretos	506.982,38	620.720,22	113.737,84
Impostos Indiretos	174.722,69	66.352,25	-108.370,44
Taxas, Multas e Outras Penalidades	162.490,25	157.722,41	-4.767,84
Rendimentos da Propriedade	244.335,89	440.782,32	196.446,43
Transferências Correntes	5.966.477,50	5.862.578,60	-103.898,90
Venda de Bens e Serviços Correntes	539.026,79	568.935,01	29.908,22
Outras Receitas Correntes	17.609,21	7.739,80	-9.869,41
TOTAL	7.611.644,71	7.724.830,61	113.185,90

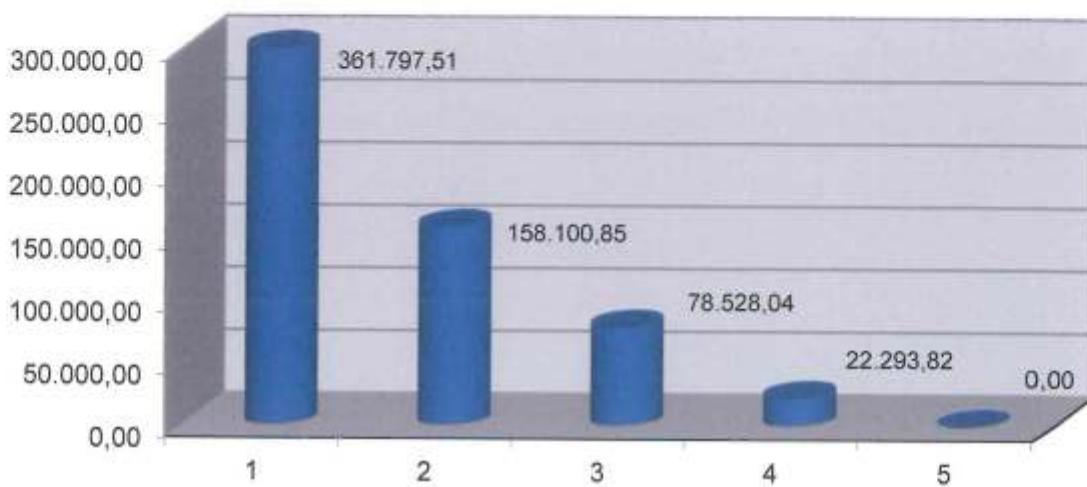
5.1.1.1 IMPOSTOS DIRETOS

No capítulo **01 – Impostos Diretos**, a receita fixou-se no valor de **€620.720,22**, que corresponde a **8,04%** das receitas correntes e a **4,37%** das receitas totais.

Constata-se que o **Imposto Municipal sobre Imóveis** registou o valor de **€361.797,51 (58,29% do total das receitas provenientes dos Impostos Diretos)**, seguido do **Imposto Único de Circulação** com o valor global de **€158.100,85 (25,47% do total destas receitas)**.



IMPOSTOS DIRETOS



Legenda:

1. Imposto Municipal sobre Imóveis
2. Imposto Único de Circulação
3. Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas Imóveis
4. Derrama
5. Impostos Abolidos

5.1.1.2 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

A receita municipal proveniente da Participação nos Impostos do Estado – **Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS** foi de **€5.203.376,00**, que corresponde a **96,55%** das transferências correntes do Estado, a **67,36%** do total das receitas correntes e a **36,66%** do total global das receitas.

Comparativamente ao ano transato, a receita em análise foi inferior, registando um **decréscimo de 0,97% (-€52.958,87)**.

Às transferências consignadas no Orçamento do Estado acrescentam-se as provenientes dos Fundos Comunitários, e outras que se reportam aos domínios da educação, da segurança social e do IEFP, conforme se faz constar nos seguintes quadros:



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – ESTADO

ENTIDADE	OBJETO DA TRANSFERÊNCIA	VALOR RECEBIDO
DGAL	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.939.489,00
DGAL	Fundo Social Municipal	103.647,00
DGAL	Participação no IRS	160.240,00
DGAL	Transportes Escolares	28.005,00
DREA	Refeições e Prolongamento de Horário	49.375,59
DREA	Atividades de Enriquecimento Curricular	43.137,50
DREA	Auxiliares de Ação Educativa	57.582,13
DREA	Refeições do 1.º ciclo do ensino básico	2.500,00
DGAI	Recenseamento Eleitoral 2013	332,30
IEFP	Estágios Profissionais, Estágios Qualificação Emprego e Contrato Emprego Inserção +	224.798,70
IEFP	GIP-Gabinete de Inserção Social	7.800,57
IEFP	Apoio a Feiras de Artesanato	1.650,00
ISS	Comparticipação CPCJ	12828,58
Agrupamento Escolas de Castro Verde	Comparticipação nas vinhetas dos passes dos alunos que frequentam os cursos profissionais	1.555,69
	TOTAL.....	5.632.942,06



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – FUNDOS COMUNITÁRIOS

ENTIDADE	OBJETO DA TRANSFERÊNCIA	VALOR RECEBIDO
ICNF	Equipa de Sapadores Florestais	14.000,00
IEFP	Programa Vida Emprego	8.203,00
IFDR	Silvestres-Sensibilização e valorização dos recursos silvestres endógenos	13.883,70
	TOTAL	36.086,70

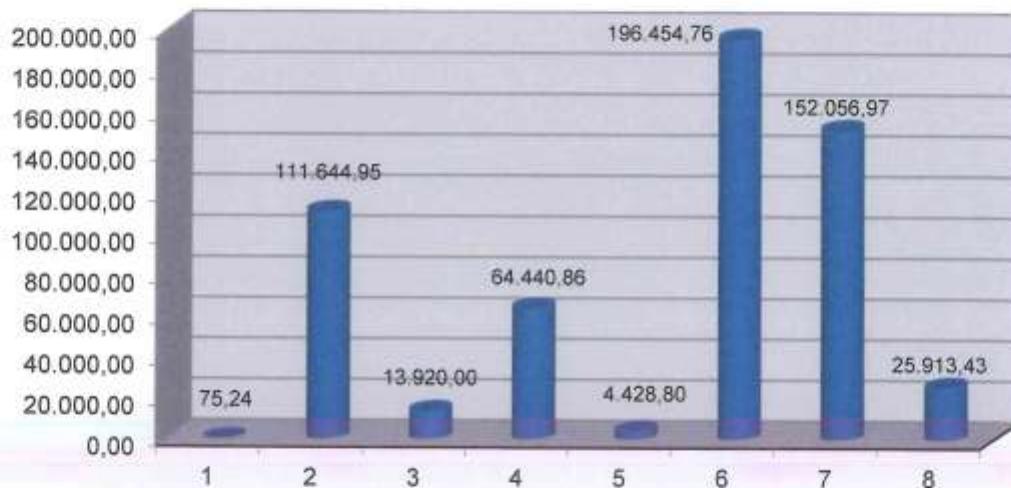
5.1.1.3 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A venda de bens e serviços correntes apresenta um montante total cobrado de **€568.935,01**, que corresponde a **7,37%** do total da receita de natureza corrente e a **4,01%** do total das receitas. Destacam-se nesta classificação a receita gerada pelo Abastecimento Público de Água e da recolha dos Resíduos



Sólidos, cujos valores, respetivamente, fixaram-se em **€176.085,81** e **€141.219,33**.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES



Legenda:

- 1 Publicações e impressos
- 2 Mercadorias
- 3 Outros
- 4 Água
- 5 Outros
- 6 Serviços, exceto Resíduos Sólidos
- 7 Resíduos Sólidos
- 8 Rendas

5.1.2 RECEITAS DE CAPITAL

A Receita de Capital fixou-se em **€4.480.396,02**, o que representa um acréscimo de **3,12%** em relação ao ano anterior, correspondendo a **31,56%** da receita total, constituída na sua maioria por Transferências de Capital e Passivos Financeiros.

5.1.2.1 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As Transferências de Capital registaram um valor de **€4.346.917,96**, o que corresponde a **97,02%** das Receitas de Capital e a **30,62%** do total das



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

receitas. Os valores mais significativos referem-se à participação do Município nos Impostos do Estado – Fundo de Equilíbrio Financeiro – cujo valor global foi de **€2.659.725,00**, e à participação comunitária em projetos cofinanciados, cujo total foi de **€1.687.192,96**, como a seguir se faz constar:

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – ESTADO		
Entidade	Objeto da Transferência	Valor Recebido
DGAL	Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.659.725,00
	TOTAL.....	2.659.725,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – FUNDOS COMUNITÁRIOS		
Entidade	Objeto da Transferência	Valor Recebido
IFDR	Melhoria da Rede Viária Municipal do Concelho	646.429,62
IFDR	SAMA II – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa	46.756,28
IFDR	Aquecimento Solar Térmico-Melhoria da Eficiência Energética	90.025,80
IFDR	Reparimentação em Corte Figueira Mendonça, Monte João Silvestre e Almeijoafra	10.976,69
IFDR	Instalação do Fórum Cultural no Edifício do Convento de Nossa Senhora da Conceição–Rede Urbana para o Património	626.966,04
IFDR	Melhoria da Eficiência Energética da Iluminação Pública - I	1.148,31
IFDR	Pavimentação do CM para a Loiçana e Monte Novo do Pomar Velho	185.132,60
IFDR	Ciclo Urbano da Água – Pequenos Sistemas Autónomos I	76.088,51
CCDR	Construção das Piscinas Municipais-Overbooking	3.669,11
	TOTAL	1.687.192,96

5.1.2.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Os Passivos Financeiros do Município constituem **1,74%** das Receitas de Capital e **0,55%** do valor global das Receitas.

Em 2013 esta rubrica apresentava um valor cobrado de **€77.821,90**, em que **€24.488,57** correspondente ao valor libertado do empréstimo contratado junto do BES – Empréstimo para Investimentos Diversos, até ao montante de **€3.000.000,00**, e o valor de **€53.333,33**, referente ao empréstimo-quadro assinado com o IFDR, I.P., até ao montante de **€80.000,00**.



5.1.3 ANÁLISE PERCENTUAL DA RECEITA

As percentagens das receitas arrecadadas pelo Município no decurso do exercício de 2013 assumem a seguinte expressão:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – representaram **41,301%** do total da receita gerada com a seguinte configuração:

- ◆ Transferências efetuadas por sociedades e quase-sociedades não financeiras, no âmbito de protocolos assinados, representaram **1,338%** da receita total realizada em 2013;
- ◆ Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS de natureza corrente representaram **36,657%** do valor global da receita obtida ao longo do ano em análise;
- ◆ Participações comunitárias em projetos cofinanciados de natureza corrente representaram **0,265%** do total da receita realizada;
- ◆ Outras Transferências correntes realizadas pelo Estado representaram **1,312%** da receita total realizada pelo Município;
- ◆ Receita proveniente de Serviços e Fundos Autónomos representou **1,639%** da receita total arrecadada;
- ◆ Outras Transferências correntes realizadas durante o ano de 2013 representaram **0,09%** da receita total realizada pelo Município.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – representaram **30,624%** do total da receita gerada no exercício económico de 2013, com a seguinte configuração:

- ✓ Fundo de Equilíbrio Financeiro de natureza capital representou **18,738%** do valor global das receitas de 2013;
- ✓ Participações comunitárias em projetos cofinanciados de natureza capital (receita proveniente do QREN) representaram **11,886%** do total da receita realizada.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

PASSIVOS FINANCEIROS – representaram **0,55%** do total de receita do Município em 2013, correspondendo na sua totalidade a receitas provenientes da contratação do empréstimo de médio e longo prazo.

RECEITAS PRÓPRIAS DA AUTARQUIA – comprehende todos os recursos financeiros que é permitido aos municípios arrecadarem, à exceção dos que respeitem a transferências ou resultem da contratação de empréstimos.

Estas receitas fixaram-se em **€1.917.908,17**, representando **13,511%** do respetivo total, das quais, pela sua expressão, destacamos as seguintes:

- ◆ Impostos diretos – **€620.720,22**, que representou **4,373%** do total da receita;
- ◆ Impostos indiretos – **€66.352,25**, que representou **0,467%** do total;
- ◆ Taxas, multas e outras penalidades – **€157.722,41**, que representou **1,111%** do total;
- ◆ Venda de bens e serviços correntes – **€568.935,01**, que representou **4,008%** do total;
- ◆ Rendimentos da propriedade – **€440.782,32** que representou **3,105%** do valor total;
- ◆ Outras receitas correntes – **€7.739,80** representaram **0,055%** do total;
- ◆ Venda de bens de investimento - **€49.135,93** que representou **0,346%** do valor total da receita;
- ◆ Outras receitas de capital - **€6.520,23**, correspondente a **0,046%** do total.

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR – esta classificação contabiliza o saldo orçamental da gerência de 2012 e que teve um peso de **13,907%** no total da receita gerada no exercício de 2013;



REPOSIÇÃO NÃO ABATIDAS Nos PAGAMENTOS – o valor registado nesta classificação foi de **0,109%** do total da receita.

5.2 DESPESA

O valor global do orçamento de despesa inicialmente previsto foi de **€13.644.051,00**.

Através da revisão orçamental este valor sofreu um acréscimo de **€2.005.499,94**, fixando-se, assim, nos **€15.649.550,94**, dos quais **€8.622.215,00** são despesas correntes e **€7.027.335,94** são despesas de capital.

O montante executado foi de **€12.194.507,91**, dos quais **€7.713.214,12 (63,25%)** respeitam a despesas correntes e **€4.481.293,79 (36,75%)** reportam-se a despesas de capital, concluindo-se, desta forma, que **a taxa de execução global do orçamento da despesa foi de 77,92%**.

O seguinte quadro evidencia a comparação entre os valores iniciais da despesa (e respetivas dotações corrigidas) e os valores executados no decurso do ano económico de 2013:



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – DESPESA

DESPESAS	Valor Inicial	Dotações Corrigidas	Valor Final
<i>Despesas correntes</i>			
01. Despesas com o Pessoal	4.003.150,00	4.021.273,00	3.825.675,61
02. Aquisição de bens e serviços	2.892.750,00	3.262.960,28	2.680.517,10
03. Juros e outros encargos	93.800,00	52.400,00	42.547,31
04. Transferências correntes	786.895,00	1.060.705,02	982.875,85
05. Subsídios	50,00	50,00	0,00
06. Outras despesas correntes	209.650,00	224.826,70	181.598,25
<i>Total das Despesas correntes</i>	7.986.295,00	8.622.215,00	7.713.214,12
<i>Despesas de capital</i>			
07. Aquisição de bens de capital	4.615.371,00	6.019.315,94	3.566.172,47
08. Transferências de capital	437.380,00	543.385,00	499.280,50
09. Ativos Financeiros	29.605,00	205,00	0,00
10. Passivos Financeiros	574.900,00	463.930,00	415.840,82
11. Outras despesas de capital	500,00	500,00	0,00
<i>Total das Despesas de capital</i>	5.657.756,00	7.027.335,94	4.481.293,79
TOTAL DO ORÇAMENTO DE DESPESA	13.644.051,00	15.649.550,94	12.194.507,91

O exposto no quadro em apreço permite concluir que a taxa de execução da despesa corrente atingiu **89,46%** da despesa corrente estimada e, por sua vez, a despesa de capital fixou-se em **63,77%** da despesa de capital inicialmente prevista.

5.2.1 DESPESAS CORRENTES

A **Despesa Corrente** suportada pelo Município no exercício de 2013 atingiu os **€7.713.214,12**, verificando-se um acréscimo de **6,43%** comparativamente a 2012.

Esta despesa é composta principalmente pelos encargos com Pessoal e pelas despesas com a Aquisição de Bens e Serviços (que, em conjunto, correspondem a **53,35%** do total geral da Despesa e a **84,35%** do total da Despesa Corrente).

Estes encargos assumem um comportamento bastante rígido face ao seu carácter obrigatório e de funcionamento dos serviços.



5.2.1.1 DESPESAS COM PESSOAL

No exercício em análise as despesas com pessoal atingiram os **€3.825.675,61**, o que denota um acréscimo de **€230.544,86 (6,41%)** face ao ano anterior. Estas despesas refletem um peso de **31,37%** do total, sendo aproximadamente **1,5 pontos percentuais** acima do verificado em 2012.

No ano exercício em análise não se registaram atualizações salariais.

As despesas com o pessoal englobam as remunerações certas e permanentes dos membros dos órgãos autárquicos, do pessoal em RCTFP por tempo indeterminado ou em qualquer outra situação e os encargos inerentes à Segurança Social. Compreendem, igualmente, outras despesas relacionadas com o pessoal, como sejam as deslocações, ajudas de custo, trabalho extraordinário, subsídio de refeição, alojamento e abonos diversos.

Não obstante, o facto do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, ter revogado o Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, não existindo, assim qualquer limite nas despesas com pessoal, a análise que se segue teve ainda por referência os limites previstos no art.º 10.º do diploma já revogado.

Assim, os encargos do pessoal em RCTFP por tempo indeterminado não poderia exceder **60%** das receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício, bem como as despesas com pessoal em qualquer outra situação não poderiam exceder **25%** do limite daquele encargo.

A receita corrente cobrada em 2012 foi de **€7.611.644,71**, assim, os **limites de despesa com o pessoal** são os que a seguir se discriminam:

- ✓ Pessoal Contratado por tempo indeterminado - **€4.566.986,83**;
- ✓ Pessoal em qualquer outra situação - **€1.141.746,71**.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

O quadro que a seguir se descreve resume as rubricas que expressam a **despesa com pessoal**, no decurso do **ano de 2013**:

Receitas Correntes do ano de 2012	€7.611.644,71
Límite de encargos com Pessoal do Quadro para 2013 (60% das Receitas Correntes de 2012)	€4.566.986,83
Límite de encargos com Pessoal em Qualquer outra Situação para 2013 (25% do limite dos encargos com Pessoal do Quadro)	€1.141.746,71
1. Despesas com Pessoal Contratado por tempo indeterminado em 2013	€2.616.383,37
01010401 – Pessoal em RCTFP por tempo indeterminado-pessoal em funções	€2.061.511,51
010108 - Pessoal Aguardando Aposentação	€3.482,61
01011301 - Subsídio de refeição - Pessoal em RCTFP por tempo indeterminado	€197.356,28
01011401 - Subsídio de Férias e de Natal - Pessoal em RCTFP por tempo indeterminado	€354.032,97
2. Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação em 2013 (exclui Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos)	€119.040,08
01010601 - Pessoal Contratado a Termo – pessoal em funções	€54.899,78
01010604 - Pessoal Contratado a Termo – pessoal em funções – novos postos de trabalho	€11.640,00
010107 - Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	€28.921,70
01010902 - Estagiários	€2.934,54
01011302 - Subsídio de refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	€8.326,50
01011402 - Subsídio de Férias e de Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação	€12.317,56

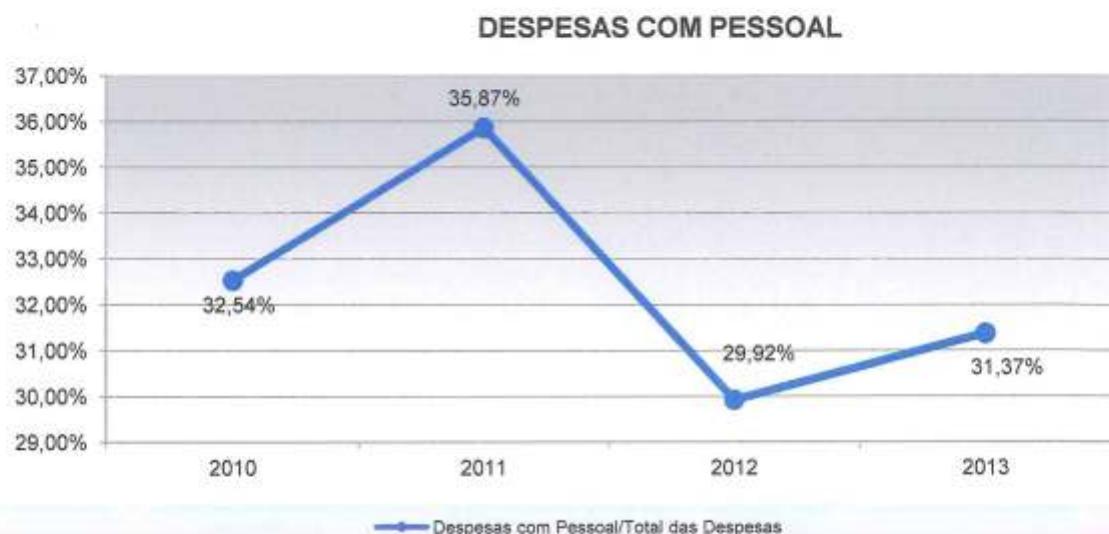
Não relevam para o cálculo dos limites constantes no quadro *supra* as seguintes despesas com pessoal referentes aos titulares dos órgãos autárquicos e seu Gabinete de Apoio Pessoal:

REMUNERAÇÕES Dos ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS EM 2013	
1. Despesas com Membros dos Órgãos Autárquicos	€127.796,36
010101 - Titulares órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos	€82.783,34
010111 – Representação	€26.651,93
01011303 - Subsídio de refeição - Membros dos órgãos autárquicos	€3.172,61
01011403 - Subsídio de Férias e de Natal - Membros dos órgãos autárquicos	€12.746,08
010213 - Senhas de presença	€2.442,40
2. Despesas com Pessoal do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos	€55.294,39
01010901 - Gabinete de Apoio aos órgãos autárquicos	€46.492,46
0101130201 - Subsídio de refeição - Gabinete de Apoio aos órgãos autárquicos	€2.254,56
01011402 - Subsídio de Férias e de Natal - Gabinete de Apoio aos órgãos autárquicos	€6.547,37



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR CÂMARA MUNICIPAL

Por último, regista-se que as despesas de saúde, comparticipadas pela Câmara Municipal, junto da **ADSE** e as transferências para o **Sistema Nacional de Saúde**, fixaram-se, no exercício em análise, em **€93.863,56**.



5.2.1.2 DESPESA COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A despesa suportada com a aquisição de bens e serviços correntes atingiu os **€2.680.517,10**, mostrando um acréscimo de **€68.357,10** face ao ano de 2012.

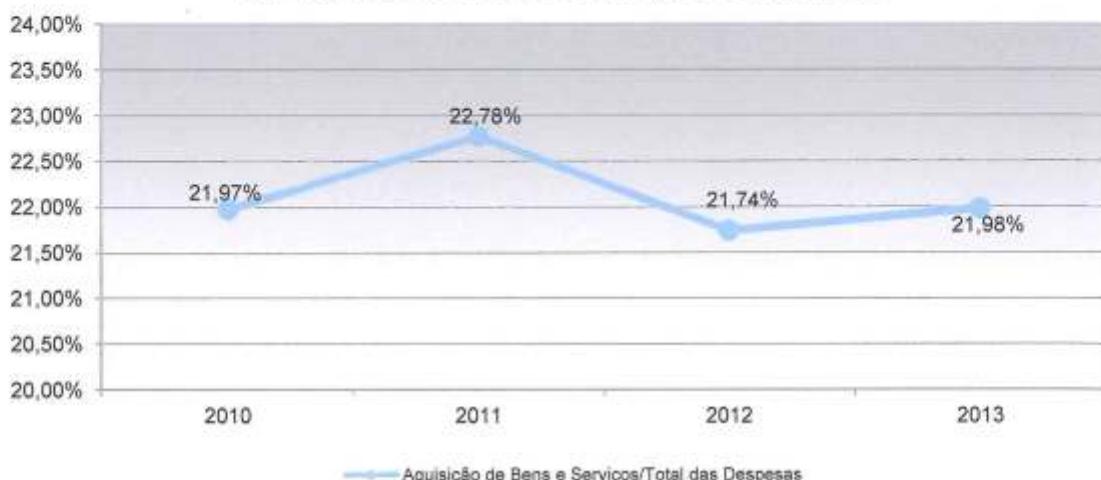
O peso da rubrica em análise no total das despesas realizadas em **2013** foi de **21,98%**.

No gráfico seguinte evidencia-se o peso relativo das despesas com aquisição de bens e serviços sobre o total das despesas nos últimos quatro anos.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES



5.2.2 DESPESAS DE CAPITAL

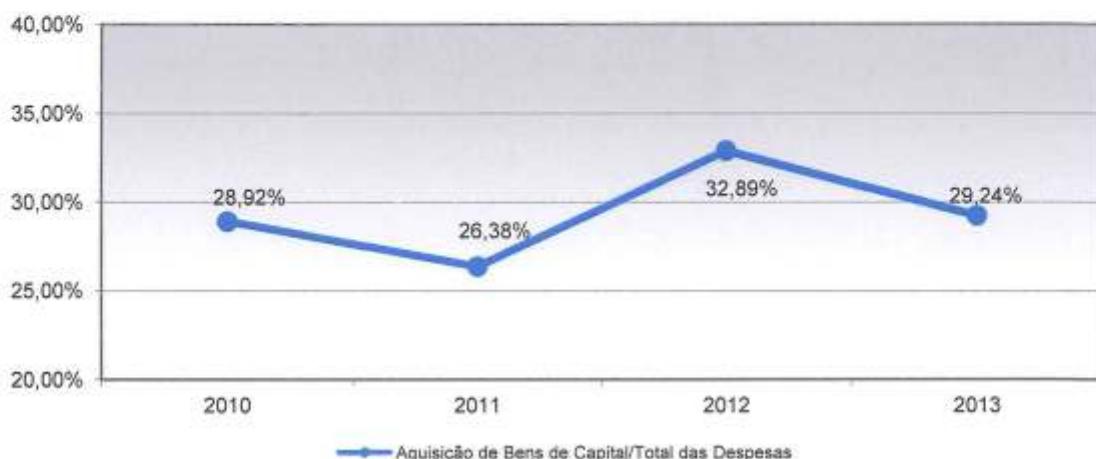
No que se refere à **Despesa de Capital**, atingiu em 2013 os **€4.481.293,79**, verificando-se um decréscimo de **6,02%** comparativamente ao ano anterior. Neste tipo de despesa destaca-se o investimento com a aquisição de bens de capital que representa **79,58%** das despesas de capital e **29,24%** do total das despesas. As despesas destinadas a transferências de capital, para diversas entidades representam **11,14%** das despesas de capital e **4,09%** do total das despesas e as despesas referentes aos passivos financeiros (amortizações de empréstimos de m/l prazos) representam **9,28%** das despesas de capital e **3,41%** do total das despesas.

5.2.2.1 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

O valor executado na classificação onde são contabilizadas as aquisições de bens de capital atingiu os **€3.566.172,47** no decorrer de 2013. O peso da rubrica em análise no total das despesas suportadas, no exercício em análise foi de **29,24%**.



AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL



5.2.2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

O montante das transferências de capital, atribuídas pelo Município no decorrer do exercício de 2013, cifrou-se em **€499.280,50**, verificando-se um acréscimo de **€82.665,02** comparativamente a 2012. Estas transferências destinaram-se essencialmente a financiar as competências delegadas nas Juntas de Freguesia, no âmbito dos respetivos **Protocolos**.

PROTÓCOLOS DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA

No âmbito do entendimento perfilhado, pelos órgãos municipais, sobre a descentralização de competências, foram celebrados, com as oito freguesias do Concelho, Protocolos de Delegação de Competências, nos quais figuravam todos os direitos e obrigações das partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e as matérias objeto da delegação.

A celebração destes Protocolos permitiu, às Juntas de Freguesia, a realização de investimentos, que em razão da sua maior proximidade com os cidadãos facilitaram, com maior eficiência, a resposta a necessidades básicas das respetivas populações.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

O montante total definido nos referidos Protocolos de Delegação de Competências atingiu os **€189.960,00**, divididos por cada Junta de Freguesia de acordo com o quadro que se discrimina:

FREGUESIAS	TOTAL
Freguesia de Almodôvar	32.790,00
Freguesia de Graça de Padrões	21.010,00
Freguesia de Santa Cruz	24.120,00
Freguesia de S. Barnabé	24.280,00
Freguesia de Gomes Aires	21.770,00
Freguesia de Santa Clara-a-Nova	23.180,00
Freguesia de Aldeia dos Fernandes	20.910,00
Freguesia do Rosário	21.900,00
TOTAL	189.960,00

O seguinte gráfico evidencia o peso das **transferências de capital** nas despesas totais nos últimos quatro anos.





6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PPI – CONCRETIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS:

A seguir enumeram-se os investimentos consignados no PPI, realizados no decurso do exercício de 2013:

- ✓ Intervenção na Escola EB1 e JI do Rosário;
- ✓ Requalificação Urbanística no Adro dos Judeus e Bairro 25 de Abril;
- ✓ Infraestruturas no Loteamento de Gomes Aires;
- ✓ Requalificação na Rua da Quinta;
- ✓ Empreitada de Abastecimento de Água e Rede de Esgotos – Pequenos Sistemas Autónomos de Almodôvar II;
- ✓ Equipamento Básico - Empreitada de Abastecimento de Água Domiciliária em Montes da Freguesia de S. Barnabé;
- ✓ ETAR em A-do-Neves;
- ✓ Remodelação do Edifício do Cine-Teatro;
- ✓ Intervenção no Complexo Desportivo – Pala;
- ✓ Instalação do Fórum Cultural no Convento de Nossa Senhora da Conceição;
- ✓ Arranjos Exteriores no Convento de Nossa Senhora da Conceição;
- ✓ Restauro no Interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição;
- ✓ Aquisição de Equipamento Básico para o Fórum Cultural;
- ✓ Iluminação Pública na Quinta do Monte Rei-Eficiência Energética;
- ✓ Iluminação Pública na EN2-Troço do Rosário;
- ✓ Iluminação Pública na Cerca da Presença e na Cova da Burra-Eficiência Energética;
- ✓ Instalação de Centrais de Minigeração e Microgeração em diversos Edifícios Municipais;
- ✓ Empreitada de Remodelação do Mercado Municipal de Almodôvar;
- ✓ Aquisição de Equipamento Básico para o Mercado Municipal de Almodôvar;
- ✓ Recuperação das Escolas Desativadas - Aquisição de Projeto;



- ✓ Eletrificação rurais;
- ✓ Iluminações Públicas;
- ✓ Aquisição de sinalização;
- ✓ Reparação de caminhos em terreno natural;
- ✓ Repavimentação em Felizes;
- ✓ Repavimentação em Azinhal;
- ✓ Repavimentação em Cumeada;
- ✓ Pavimentação do Caminho de Acesso à Área de Serviço da A2;
- ✓ Pavimentação e Repavimentação de Caminhos no Concelho;
- ✓ Reparação e beneficiação em viadutos, arruamentos e obras complementares;
- ✓ Pavimentação do CM entre o Loteamento de Santo António e o Santo Amaro;
- ✓ Instalação de Serviços – Aquisição de Fração no Centro Coordenador de Transportes;
- ✓ Pavimentação e repavimentação no Monte das Figueiras;
- ✓ Equipamento Básico para a Biblioteca Municipal;
- ✓ Equipamento para as Piscinas Municipais;
- ✓ Construção do Jardim da Entrada das Guedelhas;
- ✓ Instalação de Parques Infantis;
- ✓ Aquisição de Terrenos;
- ✓ Aquisição de Edifícios – Imóvel na Freguesia de Gomes Aires;
- ✓ Vectorização do Cadastro Predial Rústico do Concelho;
- ✓ Aquisição de Cartografia e Ortofotocartografia;
- ✓ Aquisição de Equipamento Básico;
- ✓ Aquisição de Equipamento informático;
- ✓ Aquisição de Ferramentas e Utensílios;
- ✓ Outros Investimentos Incorpóreos.



6.1. INVESTIMENTOS REALIZADOS – ÓTICA ORÇAMENTAL

Os investimentos efetuados no âmbito da rubrica **07 01 - Investimentos** cifraram-se em **€965.419,21**, sendo os que representam maior expressão os que se reportam às seguintes rúbricas: **Edifícios – 50,24%**; **Instalações Desportivas e Recreativas – 13,99%**; **Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária – 20,55%**; e **Equipamento Básico - 40,10%**.

No âmbito da rubrica **07 03 – Bens do Domínio Público** o investimento atingiu os **€2.549.101,25**, e **74,79%** deste valor correspondeu a investimentos realizados em **outras construções e infraestruturas** e **25,21%** em **bens do património histórico, artístico e cultural**.

Relativamente às rúbricas **07 01** e **07 03** apresentam-se nos seguintes quadros o montante realizado e o peso de cada um deles no total da respetiva rubrica.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

Rubricas	Valor (€)	% em relação ao valor total da rubrica 07 01
07 01 – Investimentos		
07 0101 – Terrenos	18.200,00	1,89%
	<i>Subtotal 1</i>	<i>18.200,00</i>
07 0102 – Habitações		
07 010202 – Aquisição	0,00	0,00%
	<i>Subtotal 2</i>	<i>0,00</i>
07 0103 – Edifícios		
07 010301 – Instalações de serviços	26.213,50	2,71%
07 010302 – Instalações desportivas e recreativas	135.017,67	13,99%
07 010303 – Mercados e instalações de fiscalização sanitária	198.424,70	20,55%
07 010305 – Escolas	51.761,14	5,36%
07 010307 – Outros	73.640,08	7,63%
	<i>Subtotal 3</i>	<i>485.057,09</i>
		50,24%
07 0104 – Construções diversas		
07 010405 – Parques e Jardins	0,00	0,00%
07 010406 – Instalações desportivas e recreativas	4.769,95	0,49%
07 010409 – Sinalização e trânsito	0,00	0,00%
	<i>Subtotal 4</i>	<i>4.769,95</i>
		0,49%
07 0106 – Material de transporte		
07 010602 – Outro	3.456,30	0,36%
	<i>Subtotal 5</i>	<i>3.456,30</i>
		0,36%
07 0107 – Equipamento de informática		
	<i>Subtotal 6</i>	<i>11.273,58</i>
		1,17%
07 0108 – Software informático		
	<i>Subtotal 7</i>	<i>0,00</i>
		0,00%
07 0109 – Equipamento administrativo		
	<i>Subtotal 8</i>	<i>335,48</i>
		0,03%
07 0110 – Equipamento básico		
07 011002 – Outro	387.146,19	40,10%
	<i>Subtotal 9</i>	<i>387.146,19</i>
		40,10%
07 0111 – Ferramentas e utensílios		
	<i>Subtotal 10</i>	<i>16.570,60</i>
		1,72%
07 0112 – Artigos e objetos de valor		
	<i>Subtotal 11</i>	<i>0,00</i>
		0,00%
07 0113 - Investimentos incorpóreos		
	<i>Subtotal 12</i>	<i>31.389,92</i>
		3,25%
07 0115 – Outros investimentos		
	<i>Subtotal 13</i>	<i>7.220,10</i>
		0,75%
07 01 Investimentos – TOTAL	965.419,21	100%
TOTAL DAS DESPESAS DE NATUREZA CAPITAL	4.481.293,79	21,54%



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

INVESTIMENTOS REALIZADOS – BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO- ÓTICA ORÇAMENTAL

RUBRICAS	VALOR (€)	% em relação ao valor total da rubrica 07 03
07 03 – Bens de domínio público		
07 0303 – Outras construções e infraestruturas		
07 030301 – Viadutos, arruamentos e obras complementares	895.109,78	35,11%
07 030302 – Sistemas de drenagem de águas residuais	66.603,39	2,61%
07 030303 – Estações de tratamento de águas residuais	80.002,04	3,14%
07 030304 – Iluminação pública	118.501,76	4,65%
07 030305 – Parques e jardins	168.657,98	6,62%
07 030307 – Captação e distribuição de água	101.085,58	3,97%
07 030308 – Viação rural	23.219,30	0,91%
07 030309 – Sinalização e trânsito	9.561,65	0,38%
07 030310 – Infraestruturas para distribuição energia elétrica	2.279,00	0,09%
07 030313 – Outros	441.336,12	17,31%
<i>Subtotal 1</i>	1.906.356,60	74,79%
07 03 05 – Bens de património histórico, artístico e cultural	642.744,65	25,21%
<i>Subtotal 2</i>	642.744,65	25,21%
07 03 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO – TOTAL	2.549.101,25	100%
TOTAL DAS DESPESAS DE NATUREZA CAPITAL	4.481.293,79	56,88%

6.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR), POR FUNÇÕES

A execução das Grandes Opções do Plano, por objetivos e programas do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades mais Relevantes, englobando os valores orçamentados e os valores realizados apresenta-se nos quadros seguintes:



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA EXECUÇÃO/DESVIOS DAS GRANDES OPCÕES DO PLANO – POR FUNÇÕES

Desvio

Objetivos	Orçamentado € (1)	Pago € (2)	Valor € (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)
Funções Gerais				
<i>Serviços gerais da administração pública</i>				
* Administração geral	377.411,94	328.058,25	-49.353,69	-13,08
subtotal 1	377.411,94	328.058,25	-49.353,69	-13,08
<i>Segurança e ordem pública</i>				
* Proteção civil e luta contra incêndios	181.661,52	121.503,94	-60.157,58	-33,12
subtotal 2	181.661,52	121.503,94	-60.157,58	-33,12
Total funções gerais	559.073,46	449.562,19	-109.511,27	-19,59
Funções Sociais				
<i>Educação</i>				
* Ensino não superior	172.500,00	67.461,14	-105.038,86	-60,89
* Serviços auxiliares de ensino	228.320,50	195.548,22	-32.772,28	-14,35
subtotal 3	400.820,50	263.009,36	-137.811,14	-34,38
<i>Serviços individuais de saúde</i>				
* Higiene e segurança no trabalho	12.334,50	9.586,70	-2.747,80	-22,28
subtotal 4	12.334,50	9.586,70	-2.747,80	-22,28
<i>Segurança e ação social</i>				
* Segurança Social	12.250,00	891,37	-11.358,63	-92,72
* Ação Social	290.950,00	229.787,35	-61.162,65	-21,02
subtotal 5	303.200,00	230.678,72	-72.521,28	-23,92
<i>Habitação e serviços coletivos</i>				
* Habitação	50,00	0,00	-50,00	-100,00
* Ordenamento do Território	387.931,00	314.548,27	-73.382,73	-18,92
* Saneamento	202.930,00	153.382,13	-49.547,87	-24,42
* Abastecimento de Água	179.510,00	112.602,18	-66.907,82	-37,27
* Resíduos sólidos	130.410,00	128.646,59	-1.763,41	-1,35
* Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	500,00	0,00	-500,00	-100,00
subtotal 6	901.331,00	709.179,17	-192.151,83	-21,32
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>				
* Cultura	1.471.545,44	309.563,84	-1.161.981,60	-78,96
* Desporto, recreio e lazer	631.921,31	294.495,07	-337.426,24	-53,40
* Outras atividades cívicas e religiosas	1.192.630,00	965.446,68	-227.183,32	-19,05
subtotal 7	3.296.096,75	1.569.505,59	-1.726.591,16	-52,38
Total funções sociais	4.913.782,75	2.781.959,54	-2.131.823,21	-43,38
Funções Económicas				
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>				
* Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	53.000,00	52.994,94	-5,06	-0,01
subtotal 8	53.000,00	52.994,92	-5,06	-0,01
<i>Indústria e Energia</i>				
* Indústria e Energia	326.830,00	273.558,52	-53.271,48	-16,30
subtotal 9	326.830,00	273.558,52	-53.271,48	-16,30
<i>Transportes e comunicações</i>				
* Transportes rodoviários	1.339.305,00	990.096,34	-349.208,66	-26,07
subtotal 10	1.339.305,00	990.096,34	-349.208,66	-26,07
<i>Comércio e turismo</i>				
* Mercados e feiras	571.347,93	528.725,84	-42.622,09	-7,46
subtotal 11	571.347,93	528.725,84	-42.622,09	-7,46
Total funções económicas	2.290.482,93	1.845.375,64	-445.107,29	-19,43
Outras funções				
* Operações da dívida autárquica	52.000,00	51.652,01	-347,99	-0,67
subtotal 12	52.000,00	51.652,01	-347,99	-0,67
* Transferência entre administrações	309.960,00	305.895,44	-4.064,56	-1,31
subtotal 13	309.960,00	305.895,44	-4.064,56	-1,31
* Diversas não especificadas	148.845,00	85.219,33	-63.625,67	-42,75
Subtotal 14	148.845,00	85.219,33	-63.625,67	-42,75
Total outras funções	510.805,00	442.766,78	-68.038,22	-13,32
TOTAL GERAL	8.274.144,14	5.519.664,15	-2.754.479,99	-33,29



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA EXECUÇÃO E DESVIOS DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objetivos	Orçamentado (1)	Pago (2)	Valor (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)
Funções Gerais				
Serviços gerais da administração pública				
* Administração geral	155.761,94	112.807,00	-42.954,94	-27,58
subtotal 1	155.761,94	112.807,00	-42.954,94	-27,58
Total funções gerais	155.761,94	112.807,00	-42.954,94	-27,58
Funções Sociais				
Educação				
* Ensino não superior	156.300,00	51.761,14	-104.538,86	-66,88
subtotal 2	156.300,00	51.761,14	-104.538,86	-66,88
Segurança e ação social				
* Ação Social	50,00	0,00	-50,00	-100,00
subtotal 3	50,00	0,00	-50,00	-100,00
Habitação e serviços coletivos				
* Habitação	50,00	0,00	-50,00	-100,00
* Ordenamento do Território	387.931,00	314.548,27	-73.382,73	-18,92
* Saneamento	196.150,00	146.605,43	-49.544,57	-25,26
* Abastecimento de Água	179.510,00	112.602,18	-66.907,82	-37,27
* Resíduos Sólidos	80,00	0,00	-80,00	-100,00
* Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	500,00	0,00	-500,00	-100,00
subtotal 4	764.221,00	573.755,88	-190.465,12	-24,92
Serviços culturais, recreativos e religiosos				
* Cultura	1.239.008,00	148.110,52	-1.090.897,48	-88,05
* Desporto, recreio e lazer	360.755,00	37.241,41	-323.513,59	-89,68
* Outras atividades cívicas e religiosas	1.190.800,00	963.825,24	-226.974,76	-19,06
subtotal 5	2.790.563,00	1.149.177,17	-1.641.385,83	-58,82
Total funções sociais	3.711.134,00	1.774.694,19	-1.936.439,81	-52,18
Funções Económicas				
Indústria e Energia				
* Indústria e Energia	326.830,00	273.558,52	-53.271,48	-16,30
subtotal 6	326.830,00	273.558,52	-53.271,48	-16,30
Transportes e comunicações				
* Transportes rodoviários	1.339.305,00	990.096,34	-349.208,66	-26,07
subtotal 7	1.339.305,00	990.096,34	-349.208,66	-26,07
Comércio e turismo				
* Mercados e feiras	391.505,00	353.848,14	-37.656,86	-9,62
subtotal 8	391.505,00	353.848,14	-37.656,86	-9,62
Total funções económicas	2.057.640,00	1.617.503,00	-440.137,00	-21,39
Outras funções				
* Operações da dívida autárquica	52.000,00	51.652,01	-347,99	-0,67
subtotal 9	52.000,00	51.652,01	-347,99	-0,67
* Diversas não especificadas	122.795,00	71.721,88	-51.073,12	-41,59
subtotal 10	122.795,00	71.721,88	-51.073,12	-41,59
Total outras funções	174.795,00	123.373,89	-51.421,11	-29,42
TOTAL GERAL	6.099.330,94	3.628.378,08	-2.470.952,86	-40,51



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA EXECUÇÃO E DESVIOS DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Desvio

Objetivos	Orçamentado € (1)	Pago € (2)	Valor € (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)
Funções Gerais				
<i>Serviços gerais da administração pública</i>				
*Administração geral	221.650,00	215.251,25	-6.398,75	-2,89
<i>subtotal 1</i>	221.650,00	215.251,25	-6.398,75	-2,89
<i>Segurança e ordem pública</i>				
* Proteção civil e luta contra incêndios	181.661,52	121.503,94	-60.157,58	-33,12
<i>subtotal 2</i>	181.661,52	121.503,94	-60.157,58	-33,12
Total funções gerais	403.311,52	336.755,19	-66.556,33	-16,50
Funções Sociais				
<i>Educação</i>				
* Ensino não superior	16.200,00	15.700,00	-500,00	-3,09
* Serviços auxiliares de ensino	228.320,50	195.548,22	-32.772,28	-14,35
<i>subtotal 3</i>	244.520,50	211.248,22	-33.272,28	-13,61
<i>Serviços individuais de saúde</i>				
* Serviços individuais de saúde	12.334,50	9.586,70	-2.747,80	-22,28
<i>subtotal 4</i>	12.334,50	9.586,70	-2.747,80	-22,28
<i>Segurança e ação social</i>				
* Segurança Social	12.250,00	891,37	-11.358,63	-92,72
* Ação Social	290.900,00	229.787,35	-61.112,65	-21,01
<i>subtotal 5</i>	303.150,00	230.678,72	-72.471,28	-23,91
<i>Habitação e serviços coletivos</i>				
* Saneamento	6.780,00	6.776,70	-3,30	-0,05
* Resíduos sólidos	130.330,00	128.646,59	-1.683,11	-1,29
<i>subtotal 6</i>	137.110,00	135.423,29	-1.686,71	-1,23
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>				
* Cultura	232.537,44	161.453,32	-71.084,12	-30,57
* Desporto, recreio e lazer	271.166,31	257.253,66	-13.912,65	-5,13
* Outras atividades cívicas e religiosas	1.830,00	1.621,44	-208,56	-11,40
<i>subtotal 7</i>	505.533,75	420.328,42	-85.205,33	-16,85
Total funções sociais	1.202.648,75	1.007.265,35	-195.383,40	-16,25
Funções Económicas				
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>				
* Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	53.000,00	52.994,94	-5,06	0,01
<i>subtotal 8</i>	53.000,00	52.994,94	-5,06	0,01
<i>Comércio e Turismo</i>				
* Mercados e Feiras	179.842,93	174.877,70	-4.965,23	-2,76
<i>subtotal 9</i>	179.842,93	174.877,70	-4.965,23	-2,76
Total funções económicas	232.842,93	227.872,64	-4.970,29	-2,13
Outras funções				
* Transferência entre administrações	309.960,00	305.895,44	-4.064,56	-1,31
* Diversas não especificadas	26.050,00	13.497,45	-12.552,55	-48,19
<i>subtotal 10</i>	336.010,00	319.392,89	-121.304,70	-30,08
Total outras funções	336.010,00	319.392,89	-16.617,11	-4,95
TOTAL GERAL	2.174.813,20	1.891.286,07	-283.527,13	-13,04



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

7. INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTAL

Os seguintes quadros apresentam os rácios mais relevantes da **execução orçamental** promovida **nos últimos dois anos**:

Rácios da Receita	2012 %	2013 %
Receita Corrente/Receita Total	54,41	54,32
Impostos Diretos/Receita Total	3,62	4,37
Passivos Financeiros/Receita Total	4,66	0,55
Venda de Bens e Serviços/Receita Total	3,85	3,91

Rácios da Despesa	2012 %	2013 %
Despesa de Capital/Despesa Total	39,69	36,75
Aquisição de Bens e Serviços Correntes/Despesa Total	21,74	21,98
Transferências de Capital/Despesa Total	3,47	4,09
Despesas de Pessoal/Despesa Total	29,92	31,37
Serviço da Dívida * /Despesa Total	4,14	3,75
Encargos Financeiros **/Despesa Total	4,58	4,18

* Custos Financeiros (Juros mais amortizações) dos Empréstimos

** Custos financeiros dos empréstimos, do leasing e outros juros

Rácios de Financiamento da Despesa	2012 %	2013 %
Despesa de Pessoal/Receita Corrente	47,23	49,61
Despesa de Pessoal/Receita Total	25,70	26,95
Despesa Corrente/Receita Corrente	95,22	100,03
Aquisição de Bens e Serviços Correntes/Receita Corrente	34,32	34,76
Investimento/Receita Total	28,25	25,12
Despesa de capital/Receita de Capital	109,86	99,71

8. DÍVIDA E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO

Decorre dos documentos de Prestação de Contas, que as dívidas a terceiros, em 1 de janeiro de 2013 – incluindo fornecedores de imobilizado, Estado e outros entes públicos, *factoring*, cujas faturas encontravam-se em circuito de



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

conferência, consequentemente não estavam em Tesouraria – ascendiam a **€508.248,48**.

A 31 de dezembro de 2013, a dívida em análise cifrava-se em **€741.311,11**, correspondendo a um acréscimo percentual de **45,86%**, concorrendo, para este efeito, essencialmente o aumento do valor das garantias bancárias prestadas por fornecedores de imobilizado e do montante em dívida a fornecedores (c/c e de imobilizado).

Em dezembro de 2013, a dívida global contraída pela Autarquia junto da banca ascendia ao montante de **€6.423.873,33**, deste valor **€60.450,24** refere-se ao montante reportado ao Município de Almodôvar, decorrente do empréstimo contraído pela AMALGA, destinado à construção do Aterro Intermunicipal das Estações de Transferência do Sistema da RSU do Distrito de Beja.

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZOS

Designação dos Empréstimos	Dívida a 01.JAN.2013	Dívida a 31.DEZ.2013
C.G.D. – Intempéries/97	326.747,57	272.289,65
C.G.D. – Diversas obras em curso	194.005,35	162.166,65
C.G.D. – Investimentos Diversos (€2.493.989,49)	1.674.230,90	1.476.448,99
C.G.D. – Plano de Acessibilidades – 1.ª fase	4.391,06	0,00
C.G.D. – Monte da Vinha, Vlúvas, G. Padrões e Calada	30.495,78	25.413,15
B.P.I. – Investimentos Diversos (€803.000,00)	657.566,30	605.248,67
C.G.D. – Investimentos Diversos (€1.160.000,00)	1.011.826,85	941.855,88
B.E.S. – Investimentos Diversos (€3.000.000,00)	2.775.511,53	2.800.000,10
IFDR, I.P. – QREN-EQ	26.666,67	80.000,00
B.E.S – AMALGA (Aterro Intermunicipal)	68.006,52	60.450,24
Total	6.769.448,53	6.423.873,33

O seguinte quadro demonstra a evolução da estrutura da dívida de e a terceiros da Autarquia nos últimos 3 anos:



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

DÍVIDA DO MUNICÍPIO

Dívida do Município	2011	2012	2013
Dívidas de terceiros – Médio e longo prazo			
Dívidas de terceiros ao Município – Curto prazo			
Clientes c/c	0,00	29.008,77	89.498,04
Contribuintes c/c	10.287,77	12.100,67	12.640,19
Utentes c/c	18.013,38	20.393,58	22.403,01
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	30,00	484.692,88	244.729,96
<i>Subtotal 1</i>	28.331,15	546.195,90	369.271,20
Total das Dívidas de terceiros	28.331,15	546.195,90	369.271,20
Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo			
Dívidas a instituições de crédito	6.448.944,76	6.701.442,01	6.363.423,09
<i>Subtotal 2</i>	6.448.944,76	6.701.442,01	6.363.423,09
Dívidas do Município a terceiros – Curto prazo			
Fornecedores c/c	160,37	30,00	39.063,78
Fornecedores de imobilizado c/c	90.000,00	0,00	139.384,77
Estado e outros entes públicos	66.272,94	47.187,16	60.994,47
Administração Autárquica	0,00	0,00	906,13
Outros credores	320.926,53	346.718,76	428.642,90
Leasing	155.046,19	114.312,56	72.319,06
<i>Subtotal 3</i>	632.406,03	508.248,48	741.311,11
Total das Dívidas a terceiros	7.081.350,79	7.209.690,49	7.104.734,20

A análise do quadro precedente permite concluir que as dívidas a terceiros de curto prazo aumentaram relativamente ao ano anterior, nomeadamente no que diz respeito a fornecedores de imobilizado c/c.

No que respeita à dívida a terceiros de médio e longo prazo verifica-se um decréscimo relativamente ao ano anterior.

No seguinte quadro apresenta-se a estrutura da capacidade de endividamento da Autarquia:



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

CÁLCULO DOS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2013

	Designação	Montante (euro)	Observações
(1)	IMI 2011	284.647,20	Receitas arrecadadas em 2012 por conta de impostos municipais
(2)	IMT 2011	98.174,39	
(3)	IUC 2011	124.160,79	
(4)	CA 2011	0,00	
(5)	SISA 2011	0,00	
(6)	Derrama 2011	0,00	Receitas arrecadadas em 2012 a título de derrama sobre o IRC
(7)	SEL 2011	0,00	Receitas arrecadadas em 2012 a título de participação nos resultados das entidades do sector empresarial local (SEL)
(8)	Fundos Municipais	7.863.101,00	Fundos Municipais 2013
(9)	Total de receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento	8.370.083,38	(9) = Somatório de (1) a (8)
(10)	Limite ao endividamento de curto prazo	837.008,34	(10) = 10% x (9)
(11)	Limite ao endividamento de médio e longo prazo (LFL) Limite ao endividamento de médio e longo prazo (OE2012)	8.370.083,38 8.056.877,00	(11) = 100% x (9)
(12)	Limite ao endividamento líquido (LFL) Limite ao endividamento líquido (OE 2012)	10.462.604,23 4.016.609,00	(12) = 125% x (9)

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO PERANTE OS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2013

(31.DEZ.13)

	Designação	Montante (euros)	Observações
(1)	Capital em dívida de médio e longo prazo - Município	6.363.423,09	Saldo credor da conta 2312 - Empréstimos de médio e longo prazo
(2)	Endividamento líquido	4.151.800,50	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e ativos financeiros. Para efeitos deste apuramento, não se consideram as contas 2745, 2749 e 414
(3)	Capital em dívida excecionado dos limites de endividamento	272.289,65	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo excecionados dos limites de endividamento municipal
(4)	Dívidas à EDP 1988	0,00	Dívidas dos municípios à EDP, consolidadas até Dezembro de 1988 excecionados ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL
(5)	Capital em dívida de médio e longo prazo - SM, AM, SEL	60.450,24	Contribuição de Serviços Municipalizados, Associações de Municípios e Entidades do Sector Empresarial Local para o endividamento de médio e longo prazo dos Municípios
(6)	Endividamento líquido - SM, AM, SEL	-33.597,84	Contribuição de Serviços Municipalizados, Associações de Municípios e Entidades do Sector Empresarial Local para o endividamento líquido dos Municípios
(7)	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	6.151.583,68	Capital em dívida de médio e longo prazo, excluindo montantes legalmente excecionados (7) = (1)-(3)-(4)+(5)
(8)	Endividamento líquido a considerar	3.845.913,01	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excecionados (8) = (2)-(3)-(4)+(6)



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

Nos termos do disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2013, o limite ao endividamento líquido do Município de Almodôvar, para o ano de 2013, cifrou-se em **€4.016.609,00**.

Em 31.DEZ.2013, o montante do endividamento líquido a considerar para o Município de Almodôvar foi de **€3.845.913,01**, verificando-se, assim, que aquele limite não foi ultrapassado. De referir que não foi considerado o montante do endividamento líquido da RESIALENTEJO, E.I.M. uma vez que, à data da finalização do presente relatório aquela entidade não tinha fornecido os dados relativos ao exercício de 2013, mesmo após algumas insistências.

O limite ao endividamento de médio e longo prazo estabelecido para o Município para 2013 cifrou-se nos **€8.056.877,00**.

Conforme resulta do exposto no quadro *supra*, verifica-se que o montante da dívida do Município, referente aos empréstimos de médio e longo prazo em 31.DEZ.2013, não excedeu este valor, porquanto o endividamento de médio e longo prazo a considerar fixou-se em **€6.151.583,68**.



9. ANÁLISE PATRIMONIAL – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

9.1 ANÁLISE DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com respeito pelos princípios contabilísticos definidos no POCAL, em especial o princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devam basear-se em custos de aquisição ou produção.

Esta limitação determinada pelo aludido critério valorimétrico origina que o valor patrimonial do balanço, essencialmente no que respeita ao Ativo Imobilizado, não represente o valor real ou de mercado, ou mesmo de reposição sendo o valor registado claramente subavaliado.

O regime jurídico do POCAL refere expressamente que, em regra, os bens do imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização, que neste momento não existem.

Para a construção do Balanço concorreram, entre outros, o Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo, que constituem parte integrante do Ativo do Município. O registo das contas do imobilizado pressupõe a inventariação dos bens móveis e imóveis, propriedade do Município de Almodôvar e respetivas amortizações. A inventariação dos bens pressupõe o seu arrolamento, classificação, reconciliação documental e valorização, operações que se revelam concluídas e atualizadas.

Os seguintes quadros permitem concluir que o **Balanço do ano de 2013** apresenta um ativo líquido no valor de **€58.095.369,53**, refletindo um **acréscimo de €1.917.376,82** face ao ano anterior, bem como registam as variações entre **31.DEZ.2012 e 31.DEZ.2013**:



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

Designação	2013	%	2012	%
ATIVO				
Ativo Fixo Líquido				
Imobilizado Bruto	70.173.067,11	94,12	66.472.177,95	93,73
(Amortizações acumuladas)	(15.494.072,91)		(13.818.463,44)	
Ativo Circulante				
Existências	299.432,09	0,51	322.449,47	0,57
Dívidas de Terceiros/Curto Prazo	369.271,20	0,64	546.195,90	0,97
Disponibilidades	2.480.125,87	4,27	2.359.585,39	4,20
(Provisões)	0,00	0,00	0,00	0,00
Acréscimos e Diferimentos	267.546,17	0,46	296.047,44	0,53
TOTAL	58.095.369,53	100,00	56.177.992,71	100,00
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	17.566.823,75	30,24	17.566.823,75	31,27
Reservas e ajustamentos	8.322.045,66	14,32	8.200.329,69	14,60
Resultados transitados	12.419.033,35	21,38	11.021.581,91	19,62
Resultado Líquido do Exercício	787.460,81	1,35	1.471.001,52	2,62
PASSIVO				
Dívidas a terceiros - M/L Prazo	6.363.423,09	10,95	6.701.442,01	11,93
Dívidas a terceiros - Curto Prazo	741.311,11	1,28	508.248,48	0,90
Provisões, para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Acréscimos e Diferimentos	11.895.271,76	20,48	10.708.565,35	19,06
TOTAL	58.095.369,53	100,00	56.177.992,71	100,00

ATIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
		2013	2012		
Imobilizado			Fundos Próprios		
Bens do Domínio Público	44.696.497,30	43.381.294,33	Património	17.566.823,75	17.566.823,75
Imobilizações Incorpóreas	128.153,84	138.682,18	Reservas Legais	6.914.377,67	6.840.827,59
Imobilizações Corpóreas	9.506.657,32	8.776.982,70	Subsídios	1.407.667,99	1.359.502,10
Investimentos Financeiros	347.685,74	356.755,30	Resultados Transitados	12.419.033,35	11.021.581,91
			Resultado Líquido do Exercício	787.460,81	1.471.001,52
Circulante			Passivo		
Existências	299.432,09	322.449,47	Dívidas a Terceiros M/L Prazo	6.363.423,09	6.701.442,01
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	369.271,20	546.195,90	Dívidas a Terceiros Curto Prazo	741.311,11	508.248,48
Depósitos em Inst. Financ. e Caixa	2.480.125,87	2.359.585,39	Acréscimos e Diferimentos	11.895.271,76	10.708.565,35
Acréscimos e Diferimentos	267.546,17	296.047,44			
TOTAL DO ATIVO	58.095.369,53	56.177.992,71	FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO	58.095.369,53	56.177.992,71



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

9.1.1 ATIVO BRUTO

ATIVO BRUTO		
Rubrica	2013	2012
Bens do Domínio Público		
Terrenos e recursos naturais	33.373,25	30.173,25
Edifícios	5.200.337,85	4.950.341,14
Outras construções e infraestruturas	44.200.801,71	42.260.770,29
Bens do património histórico, artístico e cultural	244.031,79	244.031,79
Outros bens do domínio público	844.137,82	844.137,82
Imobilizações em curso	4.633.496,73	4.274.289,71
Imobilizações incorpóreas		
Despesas de Instalação	108.949,55	108.949,55
Despesas de Investigação e desenvolvimento	9.178,38	9.178,38
Propriedade Industrial e outros direitos	327.558,32	300.703,26
Imobilizações em curso	4.845,23	1.816,96
Imobilizações Corpóreas		
Terrenos e recursos naturais	2.552.468,00	2.537.627,62
Edifícios e outras construções	3.407.380,10	3.337.910,16
Equipamento básico	2.038.506,24	1.653.773,92
Equipamento de transporte	2.473.234,87	2.460.326,15
Ferramentas e utensílios	242.769,37	229.163,34
Equipamento Administrativo	1.133.191,33	1.139.805,93
Outras imobilizações corpóreas	192.845,86	185.759,34
Imobilizações em curso	2.178.274,97	1.546.664,04
Investimentos Financeiros		
Partes de capital	12.000,00	12.000,00
Investimentos em imóveis	335.685,74	284.099,92
TOTAL	70.173.067,11	66.472.177,95

O Ativo Bruto regista o valor contabilístico do património municipal, valorizado pelo seu custo de aquisição, sem a incidência de qualquer ajustamento ou provisão e sem as respetivas amortizações.

O aumento verificado no **Ativo Bruto** em 2013 relativamente a 2012 foi de **€3.700.889,16**.

O seguinte quadro supra reflete o montante total das aquisições de imóveis nos últimos sete anos. Os valores aqui apresentados são os montantes escriturados.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS (Valor de aquisição)								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total/anos
Rústico	5.520,00	8.864,10	110.797,50	7.655,57	292.810,00	17.197,00	18.200,00	461.044,17
Urbano	7.500,00	0,00	820,00	0,00	105.348,00	55.163,90	57.000,00	225.831,90

9.1.2 DISPONIBILIDADES

Esta rubrica que compõe o Balanço é composta pelos valores físicos em numerário que o Município tem em caixa e pelos depósitos que detém nas diversas instituições bancárias.

No final do exercício de 2013 as disponibilidades do Município aumentaram **€120.540,48** comparativamente à situação existente em 31.DEZ.2012, conforme consta no seguinte quadro:

	1 JANEIRO 2013	31 DEZEMBRO 2013
Caixa	1.401,96	165,19
Depósitos Bancários		
CGD de Almodôvar	133.136,57	343.046,09
BCP de Almodôvar	647.746,55	1.411.808,72
BPI de Beja	22.714,45	20.025,55
CCAM de Almodôvar	1.258.523,97	615.708,85
BES, Banco Espírito Santo	296.061,89	89.371,47
TOTAL GERAL.....	2.359.585,39	2.480.125,87

9.1.3 DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO

As dívidas de médio e longo prazo do Município correspondem na sua totalidade a empréstimos bancários contraídos junto de diversas instituições financeiras.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR

CÂMARA MUNICIPAL

O valor da dívida de médio e longo prazo apresenta um decréscimo relativamente a 2012, que se cifrou nos **€338.018,92**, conforme se demonstra no seguinte quadro:

	1 JANEIRO 2013	31 DEZEMBRO 2013
Empréstimos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	3.241.697,51	2.878.174,32
Banco BPI	657.566,30	605.248,67
Banco BES	2.775.511,53	2.800.000,10
IFDR, I.P.	26.666,67	80.000,00
TOTAL GERAL.....	6.701.442,01	6.363.423,09

Todos os registos contabilísticos que se encontram consubstanciados nas demonstrações financeiras que incluem o Balanço a 31 de dezembro de 2013 e a Demonstração de Resultados, cujos resultados foram efetuados de forma a cumprir na íntegra os princípios contabilísticos fundamentais definidos pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o POCAL (entidade contabilística, continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e não compensação).

9.2 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados é um mapa constituído pelos saldos das contas de resultados que exprimem os custos e perdas e os proveitos e ganhos da Autarquia, classificados por natureza.

No seguinte mapa consigna-se a síntese da demonstração de resultados da Autarquia.



SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unidade: euros

Proveitos e Ganhos Operacionais	9.973.995,49
Custos e Perdas Operacionais	9.256.318,02
Resultados Operacionais(1)	717.677,47
Proveitos e Ganhos Financeiros	394.550,16
Custos e Perdas Financeiros	55.542,88
Resultados Financeiros(2)	339.007,28
Resultados Correntes(3)=(1)+(2)	1.056.684,75
Proveitos e Ganhos Extraordinários	319.760,74
Custos e Perdas Extraordinários	588.984,68
Resultados Extraordinários(4)	-269.223,94
Resultado Líquido do Exercício(5)=(3)+(4)	787.460,81

A síntese da demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos **€9.900.845,58** e proveitos no montante de **€10.688.306,39**, originando um **Resultado Líquido do Exercício**, positivo, de **€787.460,81**.

Importa ainda destacar os resultados verificados em termos operacionais, financeiros e extraordinários.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Custos e Perdas Operacionais	Valor (€)	Proveitos e Ganhos Operacionais	Valor (€)
CMVMC*	359.302,83	Vendas e prestação de serviços	506.078,51
FSE	2.316.732,81	Impostos e taxas	883.124,93
Custos com pessoal	3.875.616,10	Trabalhos para a própria entidade	59.643,29
Transferências e subsídios concedidos	981.831,01	Transferências e subsídios obtidos	8.525.148,76
Amortizações	1.702.496,07		
Outros custos e perdas operacionais	20.339,20		
Total	9.256.318,02	Total	9.973.995,49

* Custo das Mercadorias vendidas e Matérias Consumidas

Para os Resultados Operacionais – que se cifraram nos **€717.677,47** - concorrem os Proveitos e Ganhos Operacionais e os Custos e Perdas Operacionais.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

Os Proveitos e Ganhos Operacionais foram fortemente condicionados pelas Transferências Obtidas (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e a Participação Fixa no IRS) e pelos impostos e taxas cobradas pelo Município no decorrer do ano económico em análise.

No que respeita aos Custos e Perdas Operacionais salienta-se o peso dos Custos com o Pessoal e das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, que, em conjunto, compreendem os custos indispensáveis ao normal funcionamento da atividade da Autarquia.

RESULTADOS FINANCEIROS

<i>Custos e Perdas Financeiros</i>	<i>Valor (€)</i>	<i>Proveitos e Ganhos Financeiros</i>	<i>Valor (€)</i>	
Juros suportados	46.184,47	Juros obtidos	41.660,10	
Outros custos e perdas financeiros	9.358,41	Rendimentos de imóveis	350.446,81*	
		Outros proveitos e ganhos financeiros	2.443,25	
Total	118.450,63		Total	394.550,16

* Rendas de imóveis; Renda da EDP; Rendas do Mercado.

Os Resultados Financeiros atingiram os **€339.007,28** o que demonstra que os Proveitos e Ganhos Financeiros do exercício (juros obtidos, rendimentos de imóveis e outros proveitos e ganhos financeiros) foram suficientes para cobrir os Custos e Perdas da mesma natureza (juros suportados com os empréstimos obtidos junto da Banca e outros custos e perdas financeiros).

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

<i>Custos e Perdas Extraordinários</i>	<i>Valor (€)</i>	<i>Proveitos e Ganhos Extraordinários</i>	<i>Valor (€)</i>	
Transferências de capital concedidas	499.269,93	Ganhos em existências	0,00	
Perdas em existências	3.718,56	Ganhos em imobilizações	36.010,02	
Perdas em imobilizações	632,06	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	
Multas e penalidades	600,00	Correções relativas a exercícios anteriores	694,72	
Correções relativas a exercícios anteriores	86,65	Outros proveitos e ganhos extraordinários	283.056,00	
Outros custos e perdas extraordinárias	84.677,48			
Total	588.984,68		Total	319.760,74

Os **Resultados Extraordinários** do exercício em análise apresentam um *valor de -€269.223,94*, o que demonstra uma incapacidade por parte dos Proveitos e Ganhos Extraordinários de cobrir os Custos e Perdas da mesma natureza.



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

Os Custos e Perdas que mais contribuíram para estes resultados foram as transferências de capital, concedidas pelo Município, onde estão incluídas as transferências efetuadas para as Juntas de Freguesia no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências.

9.3 RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

O seguinte quadro inclui alguns rácios económico-financeiros que nos permitem aferir as seguintes conclusões acerca da situação financeira da Autarquia.

INDICADORES (em %)		2013
Autonomia financeira	Fundos Próprios/Ativo Total	67,30
Grau de cobertura do imobilizado	Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido	83,14
Liquidez geral	Exist.+Disp.+Div. de Terceiros CP/Passivo CP	424,76
Liquidez Reduzida	Disp.+Div. de Terceiros CP/Passivo CP	384,37
Liquidez Imediata	Disponível/Passivo Circulante	334,56
Endividamento	Dívidas a 3ºs de curto e médio/Fundos Próprios + Passivo	12,23

AUTONOMIA FINANCEIRA – a análise a este indicador permite-nos concluir que a autonomia financeira do Município de Almodôvar é bastante confortável face à dependência de terceiros, o que significa que a atividade camarária é financiada em **67,30%** pelos seus Fundos Próprios.

GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO – este indicador dá-nos o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes e, no caso do Município de Almodôvar, podemos aferir que os capitais permanentes cobrem **83,14%** do Imobilizado líquido.

LIQUIDEZ GERAL – este rácio permite medir o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. No caso do Município de Almodôvar, podemos verificar que o ativo circulante, que inclui as existências, as disponibilidades, e as dívidas de terceiros a curto prazo, é suficiente para fazer face à totalidade das dívidas a terceiros de curto prazo (**424,76%**).



MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL

LÍQUIDEZ REDUZIDA – este rácio (**384,37%**), mede, igualmente, o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, tendo em consideração que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro, ou pelo menos que essa conversão será sempre a um valor inferior do que o preço de aquisição. Este rácio mostra-nos que a totalidade das dívidas a curto prazo estão cobertas pelo ativo circulante (deduzido das existências).

LÍQUIDEZ IMEDIATA – este rácio permite aferir o grau de cobertura do passivo circulante pelas disponibilidades que no Município de Almodôvar representa **334,56%** do passivo circulante está coberto pelas disponibilidades.

ENDIVIDAMENTO – a utilização deste rácio permite-nos aferir o grau em que a autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade. Com o valor encontrado concluímos que **12,23%** da atividade municipal é financiada por capitais alheios. Este rácio é inversamente proporcional ao da autonomia financeira, o que nos leva a comprovar, mais uma vez, a reduzida dependência dos recursos externos por parte desta Autarquia.

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2013

Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, (POCAL), submete-se à apreciação e aprovação dos órgãos municipais a seguinte **PROPOSTA** de aplicação do **Resultado Líquido do Exercício de 2013**:

1 – Considerando que o Resultado Líquido do Exercício de 2013, pode nos termos do ponto 2.7.3.3 do POCAL, ser repartido para reforço do Património ou para Constituição ou Reforço de Reservas Legais;

2 – Considerando que o resultado líquido da conta 51 - «Património» é superior



**MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR
CÂMARA MUNICIPAL**

a 20% do ativo líquido, facto que não justifica o reforço do seu valor;

3 – Considerando que o ponto 2.7.3.5. determina a constituição de um reforço anual da conta 571 - «Reservas Legais» no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício;

PROPONHO que os Órgãos Municipais:

Aprovem a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de **2013**, cujo montante global é de **€787.460,81**, nas seguintes contas:

Conta 571 «Reservas Legais» - 5% - a que corresponde o valor de €39.373,04;

Conta 59 «Resultados Transitados» - 95% - cujo valor é de €748.087,77.

10. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Até à data da elaboração do presente Relatório de Gestão não se registaram factos relevantes após o termo do exercício económico de 2013, que afete o desempenho do Município.